

A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917



Lições para a luta socialista atual

Francisco Pereira - Sandra Marinho - Antônio Vivas - Romulo Caires - Victor Pereira - Dieison Costa



**SANDRA M. M. SIQUEIRA
FRANCISCO PEREIRA
ANTÔNIO BRUNO VIVAS
ROMULO CAIRES
VICTOR PEREIRA
DIELSON COSTA**

**A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917
Lições para a luta socialista atual**

Salvador-BA, 2019

**Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas
(LeMarx/FACED/UFBA)**
Título: *A Revolução Russa de 1917: lições para a luta socialista atual*
**Autores: Sandra M. M. Siqueira, Francisco Pereira,
Antônio Bruno Vivas, Romulo Caires, Vitor Pereira e
Dielson Costa**
LeMarx/FACED/UFBA
Salvador, novembro de 2019.
Capa: Dielson Costa

Em homenagem à classe trabalhadora, a única capaz de levar a luta revolucionária contra o capital até o seu final. Às revolucionárias e revolucionários marxistas que tomaram nas suas mãos a tarefa de sepultar o capitalismo e construir o socialismo.

Em que consiste a dualidade de poderes? Em que ao lado do Governo Provisório, o governo da *burguesia*, se formou outro governo, ainda fraco, embrionário, mas indubitavelmente existente de fato e em desenvolvimento: os Sovietes de deputados operários e soldados (V. I. Lênin, *Sobre a dualidade de poderes*, abril de 1917).

SUMÁRIO

1. Apresentação	08
2. Por trás da Revolução Russa está o tradicional debate sobre o programa, o partido e a estratégia socialista Francisco Pereira	10
3. A tomada do poder pelo proletariado em Outubro de 1917 e a fundação da III Internacional Francisco Pereira	21
4. Um passo para trás, dois para frente: a Nova Política Econômica (NEP) Antônio Bruno Vivas	28
5. O legado da Revolução Russa para a Educação Socialista Sandra M. M. Siqueira	34
6. A Revolução Russa e a luta pela emancipação da mulher Sandra M. M. Siqueira	40
7. A saúde pública na Rússia pós-revolucionária Rômulo Caires	46
8. Lênin, o Estado e a Revolução Victor Bruno Marinho Pereira	51
9. A Revolução Russa e o desenvolvimento da Teoria Marxista do Direito Victor Bruno Marinho Pereira	58
10. O debate sobre a Arte na Revolução Russa Francisco Pereira	65
11. Os impactos da Revolução Russa no Brasil Dielson Costa	70
12. A Revolução Russa e a luta revolucionária atual (Teses sobre a Revolução Socialista na atualidade) Francisco Pereira	78

Imagens da Revolução Russa

https://www.marxists.org/portugues/tematica/album_fotos/lenin/index.htm



V. I. Lénin discursando no Palácio de Tavrishesky Petrogrado, 1917.



Primeiro Congresso de Toda a Rússia, no Instituto de Educação Superior para Mulheres, agosto de 1918.

1. Apresentação

Os textos a seguir foram publicados originalmente no Jornal Vozes da Resistência n. 3 – Edição Especial -, sobre os 102 anos da Revolução Russa de Outubro de 1917 e os 100 anos da fundação da Terceira Internacional Comunista, datado de outubro de 2019, organizado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX/UFBA). Para tanto, tomamos a decisão de publicá-los na forma de livro eletrônico, para facilitar o acesso do leitor interessado no tema da Revolução Russa e da sua atualidade para a luta socialista hoje.

No editorial do Jornal citado, dissemos o seguinte:

“Nesta Edição Especial, o grupo resolveu, na verdade, homenagear o maior acontecimento da história do século XX: a tomada do poder pelos trabalhadores na Rússia, a derrubada do poder da burguesia e o início da transição ao socialismo. Até então, os trabalhadores tinham protagonizado algumas das lutas mais heroicas da história, como nas jornadas revolucionárias de 1848, na Europa, e na tomada do poder em Paris, em 1871, a conhecida Comuna de Paris.

Entretanto, o diferencial da vitória dos trabalhadores na Rússia é que o proletariado e demais explorados e oprimidos derrubaram a classe dominante, conquistaram o poder político, destruíram a velha máquina de Estado burguês e construíram seu domínio de classe: o Estado operário. Tudo isso sob a direção de um partido marxista, o Partido Bolchevique, e sob a base dos Conselhos de Operários, Soldados e Camponeses (Soviets). Os revolucionários russos tiveram de assimilar as lições das jornadas de 1848 e da Comuna de Paris, de 1871.

Sob o poder dos conselhos operários, os bolcheviques retiraram a Rússia da Primeira Guerra Mundial, expropriaram a burguesia e os grandes proprietários de terra, entregaram as terras aos camponeses, reconheceram o direito à autodeterminação das nações - antes oprimidas pela autocracia czarista -, e tomaram uma série de medidas como o planejamento econômico e o controle do comércio exterior.

Conquistaram o poder e o mantiveram, apesar da intervenção de mais de uma dezena de exércitos das potências imperialistas que, a partir de 1918, até 1920 travaram uma sangrenta guerra civil contra o poder dos Sovietes. A Comuna de Paris, de 1871, conseguiu resistir durante 72 dias, de março a maio daquele ano. Portanto, há de reconhecermos que o feito dos trabalhadores e dos revolucionários bolcheviques na Rússia foi algo monumental, que impactou todo o sistema político e econômico mundial – incluindo o Brasil e a América Latina –, e, especialmente, no movimento operário e socialista.

A defesa da autodeterminação dos povos oprimidos e a luta contra o imperialismo impulsionaram também os movimentos anticoloniais em vários continentes e países, como na Ásia, África e América Latina. Em vários países, os trabalhadores, explorados e oprimidos, seguindo o exemplo da Revolução Russa, levantaram-se contra o processo de dominação das potências imperialistas e derrubaram governos títeres, opressores e a serviço da colonização.

Não tivemos condições de tratar de todos os problemas da revolução. Teríamos de ter várias edições seguidas para cumprir tal tarefa. Elegemos, por isso, algumas temáticas fundamentais do processo revolucionário, tais como a importância e as lições da Revolução Russa para a luta atual, as concepções estratégicas presentes nessa grande revolução, as questões do Estado e do direito e seu debate, o problema das opressões e as medidas tomadas pela revolução, entre outras questões axiais. O Jornal reflete, evidentemente, a composição diversa dos membros do grupo”.

As palavras expressas no Editorial do Jornal Vozes da Resistência permanecem plenamente justas. A Comissão Editorial do LEMARX/UFBA resolveu publicar os artigos tal como apareceram originalmente. Os seus autores estão devidamente identificados no início de cada artigo.

Esperamos que este livro possa contribuir de alguma maneira para os estudos sobre a Revolução Russa, seu impacto mundial e sua atualidade para a atividade teórico-política da militância socialista.

Salvador, dezembro de 2019.

Comissão Editorial do LEMARX.

2. POR TRÁS DA REVOLUÇÃO RUSSA ESTÁ O TRADICIONAL DEBATE SOBRE O PROGRAMA, O PARTIDO E A ESTRATÉGIA SOCIALISTA

Francisco Pereira

Professor de Direito, membro do LEMARX/UFBA

Uma das questões mais importantes da Revolução Russa de 1917 foi o debate sobre o programa, o partido e a estratégia da revolução socialista. Isso porque os marxistas não tratam o problema da tomada do poder político como algo puramente teórico, mas como uma questão prática decisiva. Teoria e prática no marxismo estão profundamente imbricadas.

Essas questões surgiram ainda antes, na discussão e na prática dos fundadores do marxismo, Marx e Engels, como resposta às necessidades teórico-políticas do movimento operário e socialista. Com os acontecimentos da Revolução Russa, os problemas do programa, do partido e da estratégia socialista ganharam mais concretude e plena efetivação, especialmente pelas reflexões e pela intervenção revolucionária de Lênin e Trotsky.

1. Marx, Engels: partido, programa e estratégia socialista

No Manifesto do Partido Comunista de 1848, publicado às vésperas das jornadas revolucionárias na Europa, especialmente na França e Alemanha, os fundadores do marxismo fazem não só uma análise geral do desenvolvimento da história da humanidade, como história da luta de classes, como apresentam uma explicação do funcionamento da sociedade capitalista e das suas tendências à crise. A classe operária aparece como a classe realmente revolucionária, pelo seu papel no processo social de produção – produz a riqueza social capitalista -, como produto da Revolução Industrial. Retratam o processo de organização do proletariado com a formação das associações e sindicatos, e a constituição da classe em partido político.

Como documento programático que é – lembramos que foi elaborado a pedido da Liga dos Comunistas (partido político do proletariado), da qual Marx e Engels faziam parte -, o Manifesto Comunista apresenta, após essa análise, a conclusão de que as tendências de crise do capitalismo, cujo fundamento é o

conflito entre o alto desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção (que se expressam nas relações de propriedade privada), colocam a necessidade da classe operária se organizar independente dos partidos da burguesia e lutar pela superação do capitalismo e construção do socialismo, por meio da revolução proletária.

O Manifesto Comunista estabelece, inclusive, uma posição sobre os partidos da época e um conjunto de reivindicações da classe operária no curso do processo revolucionário. Completando a análise desse documento programático, Marx e Engels escreveram, em 1850, outro documento político de extrema importância do ponto de vista do programa do proletariado: Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas (1850).

Reconhecendo o papel traidor da burguesia nas jornadas revolucionárias de 1848, que respondeu com um banho de sangue aos levantes do proletariado, e, ao mesmo tempo, observando o papel da pequena burguesia de querer restringir o processo revolucionário aos limites da sociedade burguesa e das tarefas democráticas, Marx e Engels chamaram a atenção para a necessidade do proletariado e seu partido se manterem atentos à movimentação daquelas classes e dos seus partidos, e zelar para que a revolução tenha um caráter permanente e não se limite às tarefas democrático-burguesas. Também alertam para a necessidade do partido do proletariado agir com independência política frente aos demais partidos e, em todas as situações, manter-se firme na defesa das reivindicações da classe.

No âmbito da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a Primeira Internacional, deu-se um combate decisivo de Marx e Engels pelas posições programáticas do proletariado contra outras correntes políticas atuantes na associação como os blanquistas, os proudhonianos e os bakuninistas. As mensagens e resoluções elaboradas por Marx e Engels foram fundamentais para orientar a intervenção dos membros da Primeira Internacional nas greves, manifestações e, inclusive, na defesa da Comuna de Paris, de 1871.

Ressaltem-se os avanços programáticos no campo da educação, do trabalho sindical e das greves, da nacionalização de setores da economia, sobre o trabalho de mulheres e crianças, da incorporação da mulher à luta sindical e política, no internacionalismo, na luta pela redução da jornada de trabalho para

8 horas, liberdade de organização, emancipação da mulher, entre outras questões, que foram historicamente incorporadas pelo movimento operário e socialista.

Além disso, as análises de Marx em *A guerra civil na França* (1871), a propósito da Comuna de Paris, quando o proletariado tomou o poder e iniciou um conjunto de transformações que só findaram com o massacre e a contrarrevolução burguesa vitoriosa, são axiais para compreendermos o processo de transição do capitalismo ao comunismo, expondo a necessidade de, uma vez no poder, a classe operária iniciar desde o primeiro momento a quebra da máquina de Estado burguês, erguer o Estado operário, sob a base dos conselhos populares e reorganizar a sociedade e a economia, tendo em vista a transformação socialista. Marx e Engels ressaltaram permanentemente também o caráter internacionalista do processo revolucionário.

2. O esforço de Lênin por construir o partido, o programa e esclarecer a estratégia revolucionária

Depois de Marx e Engels, coube a V. I. Lênin a tarefa de superar o caráter puramente artesanal da organização dos círculos socialistas na Rússia e desenvolver a teoria marxista e uma organização política capaz de dirigir o proletariado revolucionário na luta pela transformação social. Desde os seus primeiros escritos, como o Projeto de Programa do Partido Social Democrata e explicação desse programa (1896), passando por *A que herança renunciamos?*, *Nosso programa* (1899), *Que fazer?* (1902), *Projeto de Programa do Partido Social Democrata da Rússia* (1902) e *Carta a um camarada* (1902), Lênin desenvolve a teoria e o programa marxista no que se refere à necessidade de um partido político proletário, independente da burguesia, organizado a partir do centralismo democrático, cuja essência é a mais profunda democracia interna e uma só ação no âmbito da luta de classes.

Uma das questões que levaram o Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR), fundado em 1888, a cindir-se em duas alas - Mencheviques e Bolcheviques - foi exatamente a visão de partido, em particular o artigo do estatuto que tratava da condição do membro da organização. Os Mencheviques, que tinham uma visão mais frouxa de partido, consideravam

militante todo aquele que concordasse com o programa do partido, independentemente de estar ou não militando efetivamente nos seus órgãos. Os Bolcheviques, ao contrário, entendiam por militante aqueles que concordassem com as posições programáticas, cotizassem e estivessem efetivamente ligados aos órgãos do partido. Lênin também compreendia o partido revolucionário como um partido de quadros, capazes de utilizar o marxismo como ferramenta para a organização do proletariado e a luta pelo poder.

Quando a revolução de 1905 estava no horizonte e, logo que estourou, restou evidente que as antigas polêmicas em torno do partido, na verdade, escondiam divergências ainda mais profundas, ou seja, essas anteriores divergências passaram a se expressar como discordâncias e conflitos em torno da caracterização da revolução na Rússia. O que implicavam logicamente as alianças de classes e as tarefas do governo revolucionário.

Quando explode o processo revolucionário, Lênin publica o texto *Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática (1905)*, na qual, polemizando com os Mencheviques e os liberais, defende, a partir de um profundo estudo da economia e das relações de classes no país – lembremos que Lênin já havia feito um dos estudos mais importantes sobre O desenvolvimento do capitalismo na Rússia (1899) -, que a burguesia russa, por suas ligações com os proprietários de terras e com o capital financeiro internacional, era incapaz de dirigir o processo revolucionário e levar adiante a implementação das tarefas democrático-burguesas até a sua plenitude.

Isso implicava numa nova aliança de classes e numa fórmula de poder que destoava completamente da concepção dos Mencheviques e dos políticos liberais russos. Para os Mencheviques, a revolução tinha um caráter democrático-burguês e a direção revolucionária cabia à burguesia (e seus partidos), apoiada pelo proletariado e pelo campesinato (e seus partidos). A Rússia passaria por um longo processo de desenvolvimento capitalista e da democracia burguesa, até que se criassem as condições para a luta pela segunda etapa da revolução, a socialista. Uma vez que as forças produtivas industriais estivessem plenamente amadurecidas para a revolução, caberia ao proletariado liderá-la, passando então à realização das tarefas socialistas.

Para Lênin e os Bolcheviques essa hipótese dos Mencheviques estava completamente descartada pelas condições históricas da Rússia. De fato, a revolução russa, por suas tarefas imediatas, tinha um caráter democrático-burguês. Mas apenas a classe operária era a classe revolucionária e somente ela, em aliança com o campesinato, poderia levar o processo revolucionário até o termo. Mas havia duas questões importantes nessa concepção de Lênin que iriam ser modificadas pelo curso da história: 1) ele supunha ainda, depois da tomada do poder pelo proletariado e pelo campesinato, um certo desenvolvimento das relações de produção capitalistas na Rússia; 2) defendia uma fórmula política de poder chamada ditadura democrática do proletariado e do campesinato, supondo, portanto, a organização independente do campesinato.

Lênin vai desenvolver essas posições em uma série de documentos durante e depois da Revolução Russa de 1905, como, por exemplo, em textos como O começo da revolução na Rússia; Nossas tarefas, nossas forças; A ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato; A socialdemocracia e o governo provisório revolucionário; Revolução do tipo de 1789 ou do tipo de 1848?; A Comuna de Paris e as tarefas da ditadura democrática, todos de 1905.

3. Trotsky e Teoria da Revolução Permanente

Na questão do partido, que se mostraria decisiva no processo da Revolução de 1917, Trotsky reconheceu que Lênin tinha inteira razão, ao defender a concepção de partido revolucionário de quadros profissionais, fundado no centralismo democrático e combater os que defendiam a reconciliação entre reformistas e revolucionários, ou seja, entre Mencheviques e Bolcheviques. Mas, para que essa autocrítica se efetivasse, foi necessária a ação do tempo, que se encarregou de aproximar os dois líderes revolucionários. Lênin falou certa vez que, desde que reconheceu os seus equívocos na construção do partido e se integrou ao Partido Bolchevique não houve um bolchevique mais dedicado que Trotsky.

Referente à questão do programa e da estratégia revolucionária, Trotsky foi bem mais além da concepção de Lênin. Vimos que Lênin defendia uma

ditadura democrática do proletariado e do campesinato e supunha um desenvolvimento capitalista durante certo período, mesmo o proletariado estando a frente do poder do Estado na Rússia. Trotsky, amparando-se nas experiências das jornadas revolucionárias de 1848 e da Comuna de Paris de 1871, vai conformando uma concepção da Revolução Russa, que se diferenciava completamente da concepção dos Menchevique, e, apesar dos pontos em comuns com a concepção de Lênin e dos Bolcheviques, a superava em muitos pontos essenciais.

Trotsky tinha em comum com Lênin a caracterização de que as condições sociais, econômicas e políticas da Rússia tornavam a burguesia incapaz de liderar o processo revolucionário e que o papel de liderança cabia à classe operária. Entretanto, para Trotsky, a fórmula política de poder cabível no processo revolucionário russo era a da constituição, com a tomada do poder, de uma ditadura do proletariado, apoiada pelo campesinato pobre.

Como ditadura do proletariado, a classe operária, uma vez no poder, não poderia se restringir às tarefas democrático-burguesas – unidade nacional, independência frente ao imperialismo, questão agrária, superação do analfabetismo, autodeterminação das nações oprimidas -, mas teria de intervir cada vez mais profundamente no direito de propriedade privada. Na verdade, a própria implementação das tarefas democrático-burguesas conduzia, como pressuposto, a uma restrição cada vez mais profunda da propriedade privada.

Portanto, a revolução teria um caráter permanente, passando das tarefas democrático-burguesas às socialistas (expropriação da burguesia, planificação, controle operário da produção) sem interrupções. Não tinha sentido a repartição da revolução em duas etapas estanques: uma democrático-burguesa e outra socialista. Do ponto de vista internacional, a revolução teria que se expandir para o plano internacional e consolidar-se no plano mundial, sob pena de sucumbir à contrarrevolução burguesa, conduzida pelas potências imperialistas.

Trotsky desenvolveu a sua concepção de estratégia socialista e de programa em obras como 1905, Balanço e Perspectivas, As lições de Outubro, História da Revolução Russa, A revolução permanente, entre outras. Aprofundou a sua Teoria da Revolução Permanente com as análises dos acontecimentos posteriores à Revolução Russa de 1917, como a revolução

alemã, a revolução chinesa e a revolução espanhola. Também enriqueceu as suas análises com a elaboração em torno dos acontecimentos revolucionários nos anos 1930 na Alemanha e na França. O Programa de Transição (1938) apresenta um diagnóstico da economia e da política mundiais em fins de 1930 e o programa do proletariado para combater a guerra, a ameaça fascista e avançar nas tarefas da revolução proletária em todos os países, em particular nos países capitalistas atrasados (dependentes ou periféricos, como dizem outros).

4. Lênin e Trotsky em 1917: as tarefas da Revolução Russa

Os anos posteriores a 1905 são de contrarrevolução por parte do governo czarista. Lênin e Trotsky, caçados pela polícia política do Czar, passaram a viver no exílio, desenvolvendo as suas atividades revolucionárias. As tentativas de conciliar as duas frações do Partido Operário Socialdemocrata Russo fracassa e Trotsky, que assumia um papel conciliador nesse aspecto – tinha ainda a ilusão de que era possível a convivência no mesmo partido entre Bolcheviques e Mencheviques, vai compreendendo a impossibilidade dessa perspectiva.

A proximidade da Primeira Guerra Mundial, que estoura em 1914, aprofunda as divergências no seio da socialdemocracia internacional e se desenvolvem claramente duas alas, com posições teóricas, políticas e programáticas antagônicas sobre a posição do proletariado frente ao conflito internacional. Uma ala revisionista e reformista que passa a defender uma posição a favor das suas burguesias nacionais, aprovando nos parlamentos os créditos de guerra necessários à intervenção das classes dominantes desses países no conflito interimperialista. Outra ala, revolucionária, capitaneada principalmente por Lênin e Trotsky, de caráter internacionalista, que defende uma posição claramente contra a guerra imperialista.

Lênin foi ainda mais longe, propondo que a posição da classe operária deveria ser a transformação da guerra imperialista em luta contra as respectivas classes burguesas nacionais, aproveitando as contradições para desenvolver uma luta pela tomada do poder pelo proletariado. Para Lênin, a transformação da guerra imperialista em guerra civil era a única posição

realmente proletária. Os documentos escritos por Lênin e por Trotsky são importantes aportes políticos e programáticos à luta do proletariado. De Lênin, podemos citar *A Guerra e a socialdemocracia da Rússia* (1914) e *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (1916). De Trotsky, pode-se citar *A guerra e a Internacional* (1914).

Quando estoura o processo revolucionário na Rússia em fevereiro de 1917, Lênin e Trotsky estavam no exílio. Em suas *Cartas de Longe*, redigidas em pleno exílio (Suíça), Lênin se empenha em explicar as profundas causas da revolução. Meditava também sobre as experiências dos processos revolucionários de 1848, na França e na Alemanha, e *A Comuna de Paris*, de 1871, e os importantes aportes teóricos, políticos e programáticos alcançados por Marx e Engels nos balanços dessas revoluções, em especial a tarefa da tomada do poder pelo proletariado e de quebra da máquina de Estado burguês. Suas reflexões seriam objeto de uma obra muito importante do ponto de vista teórico, político e programático: *O Estado e a Revolução* (escrita entre agosto e setembro de 1917).

A revolução operária e popular acabara de derrubar, em fevereiro de 1917, um dos governos mais despóticos e sanguinários da história da humanidade, que perseguia e reprimia violentamente as organizações dos trabalhadores e suas lideranças. Em 1905, os explorados tinham apenas feito o ensaio geral da revolução. Apesar da influência do Partido Bolchevique nos setores mais avançados do proletariado, o processo da revolução de fevereiro se deu espontaneamente, sem que tivesse uma verdadeira direção revolucionária e sem que o proletariado estivesse preparado política e organizativamente para tomar em suas próprias mãos as rédeas do poder político e iniciar o seu próprio governo. Não à toa, logo após a derrubada do czarismo, o poder cai nas mãos de um governo provisório burguês.

Uma vez no poder, o governo provisório, apoiado inclusive por partidos que passaram a ter influência nos soviets, como os Mencheviques e os Socialistas Revolucionários (SR), não só não tirou a Rússia da guerra imperialista, como não cumpriu nenhuma tarefa fundamental da revolução democrático-burguesa, como a questão agrária e a distribuição das terras aos camponeses pobres, além da autodeterminação das nações oprimidas pelo czarismo. As contradições no seio do governo provisório só faziam aumentar.

Era preciso armar politicamente os revolucionários para lidar com um governo burguês apoiado por forças que dominavam os conselhos populares e freavam o impulso revolucionário das massas.

A Rússia revolucionária conhecia uma situação de duplo poder: de um lado, um governo burguês impotente; do outro, os conselhos de operários, camponeses e soldados, os verdadeiros órgãos da revolução socialista em germe. Apesar da tentativa de colocar os soviets em posição de apoio aos governos provisórios por parte de Mencheviques e Socialistas Revolucionários, de fevereiro a outubro, esses dois poderes irão medir forças e cada vez mais abertamente se confrontar, particularmente com o aumento da influência dos Bolcheviques, Mencheviques e pelos Socialistas Revolucionários, inclusive com a participação de um socialista revolucionário, Kerensky. Os Bolcheviques não chegaram a integrar o governo provisório, mas também não se opunham claramente a ele na medida em que fizesse avançar as tarefas revolucionárias.

Nessas circunstâncias, o Partido Bolchevique estava completamente desarmado teórica, política e programaticamente, tendo em vista que, até o momento, mantinha uma posição dúbia, vacilante, em relação ao governo provisório dos liberais, que era apoiado pelos Mencheviques e pelos Socialistas Revolucionários, inclusive com a participação de um socialista revolucionário, Kerensky. Os Bolcheviques não chegaram a integrar o governo provisório, mas também não se opunham claramente a ele na medida em que fizesse avançar as tarefas revolucionárias.

O contraste entre as posições do Comitê Central do Partido Bolchevique com as movimentações nos bairros operários se expressava nas críticas de setores do proletariado e nas pressões para que os próprios soviets assumissem o poder. É precisamente nesse momento que ocorre uma reviravolta nas posições político-programáticas do Partido Bolchevique, por força da pressão e da influência de Lênin. Para armar o bolchevismo e o proletariado diante das tarefas da revolução, Lênin, em suas Cartas de Longe (7 a 26 de março de 1917), realiza uma análise das causas e das forças sociais envolvidas no processo revolucionário de fevereiro e no governo provisório instaurado com a derrubada do czar e conclui que o verdadeiro governo dos operários é o soviete de deputados operários, o embrião do novo governo a ser

conquistado, o verdadeiro representante das massas pobres e, portanto, da população que lutava por paz, pão e liberdade.

Alertando sobre a impotência do governo provisório de cumprir com as reivindicações do movimento operário, Lênin observa que quem diz que os operários devem apoiar o governo em nome da luta contra a reação do czarismo traia os verdadeiros interesses do proletariado em seu conjunto e das massas empobrecidas. A verdadeira garantia da liberdade e da destruição plena do czarismo era o armamento do proletariado e o desenvolvimento da função dos sovietes operários. Lênin conclama os operários a desconfiar desse governo provisório e a confiar unicamente em suas próprias forças. Destacava que o proletariado só tem como verdadeiros aliados a massa da população semiproletária e dos pequenos camponeses da Rússia. Em escala internacional, o proletariado só poderia contar com a solidariedade das massas operárias de todos os países.

Os dois líderes socialistas trataram de enfrentar todas as condições desfavoráveis para chegar ao centro da irrupção revolucionária. Lênin chega à Rússia em abril de 1917. Publicadas no Pravda, em 7 de abril de 1917 e lidas por Lênin em duas reuniões no Palácio da Táurida, em 17 de abril de 1917, As Teses de Abril representam, nessa reviravolta, um momento crucial, em que Lênin, em luta contra as posições vacilantes de parte importante da direção e do partido, defende claramente que os sovietes tomem o poder em suas próprias mãos. Para Lênin, a república formada depois da derrubada do czarismo não era a república dos operários. Era preciso derrubar o governo provisório e constituir um verdadeiro governo da classe trabalhadora. Enquanto não conquistassem a maioria dos sovietes, era preciso esclarecer as massas sobre a necessidade de desconfiar desse governo e acreditar em suas próprias forças, desenvolvendo a consciência de classe dos explorados para a revolução proletária. Apenas conquistando a confiança da classe operária nesse programa, era possível conquistar o poder político, instituir a ditadura do proletariado, romper com o capital, retirar a Rússia da guerra imperialista, solucionar o problema agrário e avançar na construção de uma nova sociedade. Mas esse processo não se reduzia aos limites da Rússia, era preciso avançar em escala internacional, a fim de garantir a vitória do proletariado.

As *Teses de Abril* representam uma aproximação de Lênin e Trotsky no que se refere às tarefas da revolução socialista na Rússia e, como tal, possibilitam um acordo programático e político, que desemboca no ingresso de Trotsky mais adiante nas fileiras do Partido Bolchevique. O novo programa defendido por Lênin, que teve de enfrentar posições irremediavelmente contrárias à tomada do poder pelo proletariado nas próprias fileiras do partido, é a base da atuação do Partido Bolchevique em Outubro de 1917. A tarefa colocada desde então era a organização da tomada do poder político pelos trabalhadores, sob a base dos conselhos populares, e iniciar o processo de transição do capitalismo ao socialismo.

Referências:

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*. In: *Luta de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LÊNIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: expressão Popular, 2007.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.

Os demais textos de Lênin e Trotsky podem ser encontrados em: <https://www.marxists.org/portugues/>.

3. A TOMADA DO PODER PELO PROLETARIADO EM OUTUBRO DE 1917 E A FUNDAÇÃO DA III INTERNACIONAL

Francisco Pereira

Professor de Direito, membro do LEMARX/UFBA

A Revolução Russa de 1917 foi o mais importante acontecimento do século XX. Trotsky, em História da Revolução Russa, disse com razão que a característica indubitável da revolução é “a interferência direta das massas nos eventos históricos”.

Para compreender as condições objetivas e subjetivas que levaram o proletariado russo – apoiado nas massas camponesas e demais explorados e oprimidos – a tomar o poder político em Outubro de 1917, é necessário voltar um pouco antes, aos começos da Primeira Guerra Mundial.

1. A Guerra e a miséria dos trabalhadores

Em meados de 1914 irrompe a Primeira Guerra Mundial, um conflito de dimensões históricas, que envolveu vários países, entre os quais a Rússia czarista, na qual estava em jogo uma trama de interesses materiais das potências capitalistas, essencialmente a realização de uma nova divisão entre as potências das áreas de influência econômica e política e do mercado mundial.

A potência capitalista industrial tradicional era a Inglaterra. A França seguia um ritmo mais lento de industrialização, mas constituía um país capitalista importante na Europa. Os Estados Unidos (EUA) caminhava para se credenciar como a maior potência industrial do mundo, ultrapassando a Inglaterra. Alguns países que haviam realizado a sua unificação nacional e avançado no processo de industrialização capitalista, procuravam redefinir a divisão política e econômica mundial, como eram os casos Alemanha e Itália, bem como do Japão.

Uma guerra que V. I. Lênin, a maior liderança política e intelectual da Revolução de Outubro, definiu na obra Imperialismo: fase superior do capitalismo (1916) de imperialista e de rapina, isto é, para organizar o saque

das potências capitalistas sobre as colônias e semicolônias. De fato, o capitalismo havia passado da fase liberal-concorrencial do século XIX à fase imperialista, de decomposição, marcada pelo domínio do capital financeiro e pelos monopólios. Uma fase de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

A Rússia entrou na guerra ao lado da Inglaterra e da França, contra a Alemanha e o Império Austro-Húngaro. A maioria da população do país estava mergulhada na pobreza, miséria e fome, particularmente o campesinato. Os trabalhadores eram submetidos à exploração e baixos salários nas fábricas.

Nas frentes de combate, o conflito mostrava toda a sua tragédia, com um número incontável de mortes e feridos. O regime do czar mantinha o país na guerra, em condições muito inferiores aos exércitos das potências inimigas, mesmo diante dos protestos da população.

Com o decorrer do conflito, as contradições econômicas, sociais e políticas se acentuam. O descontentamento das massas de operários, camponeses e soldados aumenta, criando as condições objetivas e subjetivas para a derrubada do regime político czarista dos Romanov. Um regime de vários séculos e, aparentemente, indestrutível, desmoronava-se como um castelo de areia.

2. O movimento socialista e a guerra

O movimento socialista internacional se dividiu diante da Primeira Guerra Mundial. Uma parte expressiva das organizações e da militância, que já vinha desenvolvendo posições revisionistas e reformistas contra o marxismo revolucionário, do ponto de vista da prática sindical e política, começou a passar para o lado dos governos e das burguesias, defendendo nos parlamentos a aprovação dos chamados créditos de guerra, para financiar a ação bélica da classe dominante na guerra imperialista.

No seio da socialdemocracia internacional – assim eram chamados os partidos marxistas antes da guerra -, operou-se um conflito de vida ou morte entre as tendências social-chauvinistas, que sucumbiam aos discursos nacionalistas fervorosos das burguesias imperialistas, e os marxistas internacionalistas, de tendência revolucionária, que se colocavam abertamente contra a guerra, a carnificina e a rapina.

V. I. Lênin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht faziam parte dos marxistas internacionalistas contrários à guerra. Rejeitaram o social-chauvinismo e defenderam o internacionalismo proletário. Convocaram os trabalhadores, em diversos documentos, declarações e resoluções a se unirem mundialmente contra as suas burguesias e a guerra imperialista, denunciando os reais interesses econômicos e políticos por trás dos discursos nacionalistas inflamados dos políticos e intelectuais burgueses.

Na Conferência de Zimmerwald, realizada na Suíça em setembro de 1915, da qual participaram Lênin e Trotsky, a esquerda internacionalista propôs moções no sentido da mobilização dos trabalhadores contra a guerra imperialista.

A ala centrista da conferência propunha simplesmente uma declaração pacifista contra o conflito e a reabilitação da Segunda Internacional. Lênin, ao contrário, defendia a posição de que a Segunda Internacional estava degenerada e tinha de ser substituída por uma nova organização internacionalista.

Em documentos como *A Guerra e a Socialdemocracia da Rússia* (1914), *A Guerra Europeia e o Socialismo Internacional* (1914), *Sobre o derrotismo durante a guerra imperialista* (1915), *O Socialismo e a Guerra* (1915), entre outros, Lênin manifestou uma análise de classe do conflito mundial e a posição revolucionária do proletariado diante da guerra. Trotsky foi encarregado de redigir o *Manifesto de Zimmerwald* e também defendeu o internacionalismo proletário.

A Segunda Internacional, que nasceu em 1889, inspirada nas ideias internacionalistas de Marx e Engels, junto com o Partido Socialdemocrata Alemão, não suportou as pressões social-patriotas e chauvinistas, desintegrou-se. Seus líderes sucumbiram diante do Estado, dos governos e das burguesias.

3. A Queda do regime Czarista e o governo provisório

Em 23 de fevereiro de 1917, quando “não ocorria a ninguém que este poderia ser o primeiro dia da revolução”, uma greve iniciada pelas trabalhadoras têxteis, por conta da fome, miséria, guerra e da situação geral na Rússia detonou uma série de manifestações, atos, paralisações, dos dias 23 a

27 de fevereiro, que findaram com a caída do regime Czarista dos Romanov e a constituição de um governo provisório, capitaneado pelo príncipe Lvov, composto pelo partido burguês (Partido Democrata Constitucionalista, Kadetes) e organizações do movimento social russo, como os Mencheviques e Socialistas Revolucionários (SR).

Nesse contexto, renascem os conselhos populares (Sovietes), que haviam aparecido originalmente na Revolução de 1905, composto por operários, camponeses e soldados. Dirigido pelos Mencheviques e SRs, os soviets são utilizados inicialmente para convencer os explorados e oprimidos a confiarem no novo governo, que deveria tomar medidas a favor das massas e atender às reivindicações mais sentidas pela população.

Mas isso não ocorreu. Nada foi feito entre fevereiro e setembro, para tirar a Rússia da guerra imperialista, para atender às reivindicações dos trabalhadores, o acesso dos camponeses a terra ou para resolver o problema das nacionalidades oprimidas. Ao contrário, o governo, agora tendo Kerensky a frente, desencadeia no mês de julho uma repressão aos manifestantes e líderes do Partido Bolchevique, prendendo vários deles. O governo envida esforço para prender Lênin. Em setembro, uma tentativa de golpe de Estado do General Kornilov acaba derrotada. Comprovava-se pela experiência política a tese de Lênin e Trotsky, defendida ainda por ocasião do “ensaio geral de 1905” que nenhum governo burguês poderia levar até o fim a realização das tarefas democrático-burguesas e que, somente um governo do proletariado revolucionário poderia fazê-lo, e avançar nas tarefas socialistas.

4. O proletariado toma o poder

Já dissemos que Lênin, em abril de 1917, retorna do exílio à Rússia e defende no Partido Bolchevique e perante os trabalhadores – discurso na Estação Finlândia - as famosas Teses de Abril. Nelas Lênin conclama os bolcheviques a defender a palavra de ordem de “Todo o poder aos Sovietes!”. Nada de confiar no governo provisório burguês.

Somente um governo dos trabalhadores, produto da revolução social, seria capaz de atender plenamente os clamores da população pobre explorada e oprimida. Enquanto não se constituíssem as condições para a tomada

revolucionária do poder, por meio da insurreição, era preciso preparar as massas.

Para Lênin, os bolcheviques deveriam defender a independência de classe do proletariado e do seu partido frente ao governo provisório. A consigna “Todo poder aos Sovietes!” é articulada com a bandeira “Paz, pão e terra!”.

Assim, de abril a setembro, diante do aprofundamento dos impasses e contradições do governo provisório, criam-se as condições objetivas e subjetivas para a tomada do poder pelo proletariado. Lênin e Trotsky, agora juntos no mesmo partido, não tinham qualquer dúvida quanto à necessidade do proletariado tomar o poder político e construir o seu próprio governo, destruir a máquina de Estado burguês e erguer o Estado operário, sob a base dos Sovietes.

É preciso dizer que dentro do Partido Bolchevique havia quem duvidasse da tarefa de tomada do poder pelo proletariado. Lênin teve de lutar obstinadamente por suas posições, ao lado de Trotsky. Até as vésperas da insurreição, membros experientes do partido ainda relutavam em torno dela. Mas, a posição de Lênin ganha fôlego dentro do partido e expressa, cada vez mais, os ânimos das massas. No âmbito do Soviete de Petrogrado, presidido por Trotsky, é constituído um Comitê Militar Revolucionário (CMR) com a tarefa de preparar a tomada do poder pelas massas.

A insurreição se consuma em 25 de Outubro de 1917 (7 de novembro no calendário atual). Ao contrário do que se pensa normalmente, a tomada do poder não foi de antemão seguida de um banho de sangue. Houve poucas perdas em termos de vida e de feridos. A burguesia estava suficientemente agonizante e desmoralizada para resistir à tomada do poder. Esse feito monumental das massas foi, logo em seguida, legitimada pelo Congresso Pan-Russo dos Sovietes.

O poder passou às mãos do proletariado revolucionário, dirigido pelo partido marxista, o Partido Bolchevique. Estava se conformando um novo regime político e social: a ditadura do proletariado, o Estado operário. Ao longo dos meses e anos seguintes, o governo revolucionário cumprira com as tarefas assumidas: a Rússia foi retirada da guerra, as terras foram expropriadas e entregues aos camponeses, reconhecida a autodeterminação das nações

oprimidas, atendidas as reivindicações operárias, e, respondendo à sabotagem dos capitalistas, estabeleceram-se o controle operário da produção, a planificação da economia e o controle do comércio exterior.

5. A fundação da III Internacional

Não obstante, a burguesia interna e imperialista começa a se articular para derrubar o novo governo revolucionário dos Sovietes. Para tanto, com a ajuda de fora, a burguesia russa constitui o exército branco para iniciar os ataques. No plano internacional, a burguesia imperialista promove, a partir de 1918, uma intervenção de mais de uma dezena de exércitos a fim de fortalecer a luta pela derrubada do governo. Em resposta, o governo dos Sovietes organiza o Exército Vermelho, sob o comando de Leon Trotsky. Era o início do período da Guerra Civil e do chamado “comunismo de guerra”.

Como analisa Lênin, a classe operária russa só poderia contar com a solidariedade dos trabalhadores de outros países. Para tanto, era necessário coordenar as lutas no plano internacional e forjar uma organização capaz de funcionar como um verdadeiro Partido Mundial da Revolução Socialista. AIII Internacional foi fundada em 1919, em Congresso realizado na Rússia com a participação de delegações de revolucionários de vários países.

De 1919 a 1922, no período mais difícil da guerra civil, de crise econômica e da reorganização da economia foram realizados quatro Congressos, nos quais foram aprovados diversos documentos, declarações, resoluções sobre as tarefas dos revolucionários diante do novo período aberto com a vitória do proletariado na Rússia.

AIII Internacional foi uma ferramenta fundamental na organização dos trabalhadores e dos partidos comunistas em todos os continentes. Colocava em prática a consigna magistral de O Manifesto do Partido Comunista (1848), de Marx e Engels: “Proletários de todos os países, uni-vos!”.

Referências:

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

LÊNIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: expressão Popular, 2007.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.

Os demais textos de Lênin e Trotsky podem ser encontrados em:
<https://www.marxists.org/portugues/>.

4. UM PASSO PARA TRÁS, DOIS PARA FRENTE: A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA (NEP)

Antônio Bruno Vivas

Estudante do BI em Humanidades na UFBA e membro do LEMARX

1. Antecedentes históricos da Nova Política Econômica (NEP)

Após o triunfo da Revolução Russa em outubro de 1917, a classe trabalhadora russa se defrontou com uma guerra civil. A Guerra Civil Russa consistiu num confronto entre o Exército Branco - composto por generais czaristas, a burguesia russa, liberais republicanos e tropas dos Aliados da Primeira Guerra - e o Exército Vermelho, dos bolcheviques. O objetivo do Exército Branco era reverter a revolução e impedir que os ideais socialistas se espalhassem pela Europa Ocidental.

Para garantir a vitória do Exército Vermelho no conflito, que durou aproximadamente quatro anos (1918-1921), uma série de medidas políticas e econômicas foram implantadas no que ficou conhecido como “Comunismo de Guerra”. A principal característica desse regime, instaurado em caráter emergencial, foi a militarização do trabalho, com o objetivo de ampliar fortemente a margem do controle do Estado sobre a produção, que após a Revolução possuía uma gestão mista entre trabalhadores rurais, conselhos operários e órgãos estatais. Grande parte da produção de grãos era confiscada e distribuída entre os soldados e os operários, e foi imposta uma disciplina militar de trabalho industrial sobre o proletariado e o campesinato, de forma a aumentar a produção dos diversos setores da economia e garantir o fornecimento de alimentos e armamentos ao Exército Vermelho. Segundo estatísticas oficiais, 75% da produção agrária e industrial foi destinada às tropas combatentes.

A imposição do “Comunismo de Guerra” ocasionou diversas reações entre os setores da classe trabalhadora, principalmente entre o campesinato. Uma parcela dos trabalhadores do campo tentava reter a produção de grãos para o consumo local enquanto outra parcela se sustentava através do mercado paralelo de alimentos, o que gerou uma crise no abastecimento de

grãos nas cidades. No final do ano de 1920, instaurou-se uma crise política do governo bolchevique a partir da revolta de camponeses contra o confisco e o controle militar da produção e da troca. O ápice da crise foi a Revolta de Kronstadt, que reivindicava a liberdade econômica para os camponeses e operários, a restauração dos direitos civis para a classe trabalhadora e a ampliação dos mecanismos de democracia direta.

Mesmo com essa crise política, o Exército Vermelho saiu vitorioso do conflito. A base produtiva da Rússia, porém, foi arrasada. A produção agrícola caiu pela metade e a perda da grande indústria foi de 80% da produção. Em 1921 o país estava em ruínas e um quadro de descontentamento generalizado se formava devido à crise no abastecimento de bens, principalmente de alimentos. Era preciso formular rapidamente novas medidas para a reestruturação produtiva e a retomada do crescimento, atendendo às demandas populares. Esse processo ficou conhecido como Nova Política Econômica, ou NEP.

2. Os princípios e objetivos da NEP

Após a Guerra Civil Russa e o Comunismo de Guerra, o campesinato rompeu sua aliança com o proletariado em prol da Revolução. Como essa parcela social representava mais de 50% da população, era necessário reconstruir essa aliança para que a NEP obtivesse uma grande adesão popular. Este era o primeiro objetivo da NEP: a retomada da aliança proletariado-campesinato através da substituição do confisco pelo imposto em espécie que, uma vez quitado, dava permissão aos camponeses a comercializar livremente o excedente disponível, na expectativa de que a produção de alimentos fosse retomada a todo vapor.

Como exposto anteriormente, as forças produtivas foram destruídas nesse período, e a queda na produção industrial foi drástica. Além disso, vários especialistas técnicos capazes de gerenciar a capacidade produtiva restante haviam tombado na guerra ou estavam do lado oposto aos revolucionários. Dessa forma, o segundo objetivo da NEP era a retomada do desenvolvimento das forças produtivas, através de concessões ao capital estrangeiro, de

empréstimos de bancos estrangeiros ao estado soviético e do pagamento de altos salários aos especialistas técnicos burgueses.

Por fim, o terceiro objetivo da NEP era eliminar o desemprego. Para isso, foi liberado o assalariamento rural privado. Em defesa deste objetivo, Bukharin (político revolucionário bolchevique) afirmou que “Estamos pressionando demasiadamente os camponeses abastados. Sucede, pois, que o camponês médio teme, se melhorar suas própria fazenda, por exemplo, ser exposto a uma rígida pressão administrativa; o camponês pobre protesta porque o impedimos de vender sua força de trabalho ao camponês rico”.

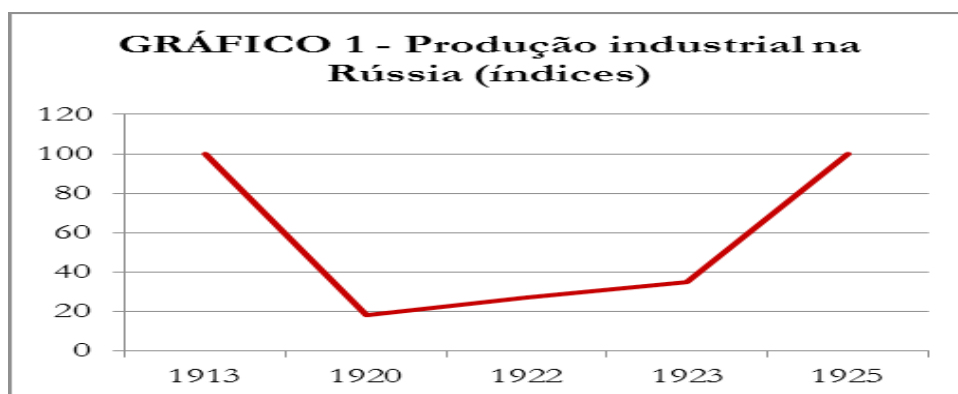
A Nova Política Econômica foi considerada um “recoo tático”, uma vez que elementos de uma economia de mercado capitalista estavam sendo novamente inseridos na sociedade soviética, ainda que o Estado ainda participasse ativamente de setores estratégicos da economia como transportes, energia e o setor bancário.

Em um documento chamado Sobre o Imposto em Espécie, Lênin afirma a necessidade de um país subdesenvolvido atravessar um período de “capitalismo de estado” para realizar a transição ao socialismo: “A classe operária, depois de aprender a proteger a ordem estatal da anarquia do pequeno proprietário, depois de aprender a estruturar uma grande organização nacional da produção segundo princípios capitalistas de Estado, terá então nas mãos — desculpem-me a expressão — todos os trunfos, e a consolidação do socialismo estará assegurada”.

3. A “crise da tesoura” e o fim da NEP

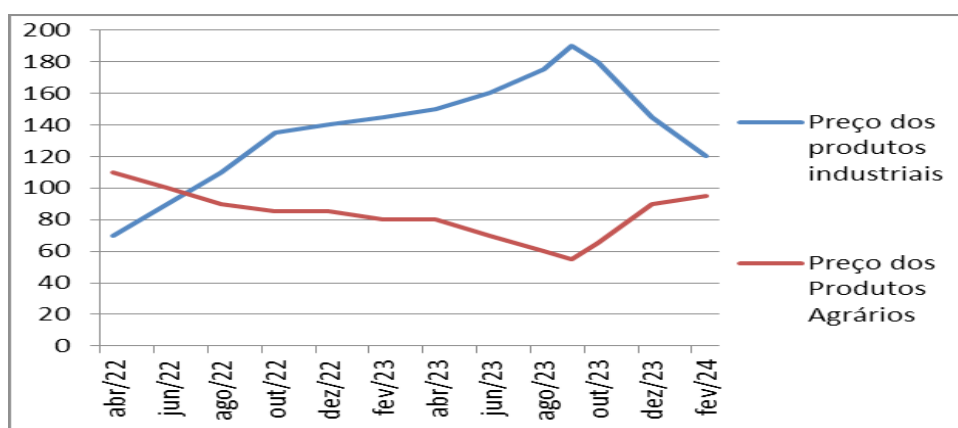
A propriedade rural soviética era dividida entre os pequenos e médios camponeses (mujiks), os grandes latifundiários (kulaks) e as fazendas cooperativas (com forte presença do Estado). Com a implementação da NEP e a legalização da liberdade econômica no campo, houve uma ascensão dos grandes latifundiários e uma considerável concentração de terras no seu período de vigência, entre 1921 e 1928. Apesar do aumento da área cultivada e da colheita de grãos, que retornaram ao patamar de 1913 (melhor ano antes da Guerra Civil), ocorreu uma redução dos excedentes de cereais de 25% para 17% entre os anos de 1923 e 1926, decorrentes da liberalização e da

estocagem de grãos realizados pelos kulaks para fins especulativos, o que reduzia a exportação de cereais e diminuía a capacidade de importação de bens de capital para desenvolver a indústria, que teve uma recuperação bastante lenta em relação à produção agrária.



Três fatores explicam a permanência do desequilíbrio entre a agricultura e a indústria: primeiro, o aumento da produção agrária foi menor do que o aumento do consumo camponês, mantendo a escassez; segundo, a escassez de dinheiro circulante favorecia a ação do tráfico ilegal e aumentava os preços agrários; e terceiro, a falta de excedente agrário (que seria trocado pelos produtos industriais) criou uma crise de vendas na indústria.

Feito este diagnóstico, o governo soviético resolveu agir criando sindicatos que seriam responsáveis por fiscalizar os preços tabelados para evitar a especulação. No período seguinte, porém, o desequilíbrio se inverteu completamente, e esse fenômeno ficou conhecido como “crise da tesoura”, como mostra o gráfico a seguir:



A principal explicação para este aumento de preço dos produtos industriais foi o subdesenvolvimento da indústria soviética, uma vez que a baixa produtividade eleva os custos de produção, refletindo no nível de preços. O governo soviético procurou mitigar o problema impondo uma nova política de preços, reduzindo o crédito à indústria e aumentando as importações de manufaturados. A solução definitiva, porém, deveria passar necessariamente pelo desenvolvimento industrial, mas a “crise da tesoura” demonstrou nitidamente a incapacidade da NEP de atuar como um modelo a longo prazo para este fim, principalmente por não estimular diretamente a indústria pesada, responsável pela criação dos meios de produção, uma vez que o capital privado não possuía incentivo para investir neste setor produtivo pelo demorado retorno econômico. Com isso, iniciaram-se os debates sobre o abandono da NEP e a possibilidade da centralização e do planejamento econômico nas mãos do estado soviético.

4. Conclusão: as lições da NEP

A história da Revolução Russa, em particular a história da implantação da Nova Política Econômica, trazem lições valiosas aos estudantes e militantes revolucionários. Em primeiro lugar, mostra que uma revolução vitoriosa precisa estar preparada para lidar com movimentos contrarrevolucionários, inclusive no aspecto militar, considerando que estes movimentos podem partir tanto de forças internas ao país quanto de forças externas.

Em segundo lugar, demonstra a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas em caráter urgente, principalmente em se tratando de revoluções ocorridas em países periféricos, de modo não só a atender as necessidades populares mas também a garantir uma autonomia relativa em relação ao capital externo (o exemplo contemporâneo mais conhecido nesse aspecto talvez seja a experiência revolucionária cubana, que sofre há décadas com um embargo econômico imperialista norte-americano). E em terceiro lugar, mostra que não existe um manual ou um caminho único para a consolidação do socialismo: a experiência revolucionária deve se adequar às situações concretas, sem idealismos.

Referências:

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução de Outubro de 1917 e a planificação econômica socialista*. Disponível em: <[HTTP://www.org/conteúdo/0.554136489102744.pdf](http://www.org/conteúdo/0.554136489102744.pdf)>.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; MARTINS, Felipe Miguel Savegnago. *De Lênin a Stálin: a consolidação do planejamento econômico na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/2019/Sessoes-Ordinarias/Sessao1.Mesas1_10/Mesa6/062.pdf>.

LENIN, Vladimir. *Sobre o Imposto em Espécie*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/04/21.htm>>.

REIS FILHO, D.A. (2003). *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*. São Paulo: Editora Unesp.

VASCONCELOS, Joana Salém. *Controvérsias econômicas da transição soviética (1917- 1 9 2 9)*. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/1>>.

5. O LEGADO DA REVOLUÇÃO RUSSA PARA A EDUCAÇÃO SOCIALISTA

Sandra M. M. Siqueira

Professora de FAGED/UFBA e Coordenadora do LEMARX

A experiência da Revolução Russa ocorrida em 1917 foi um dos mais importantes acontecimentos históricos do século XX e da contemporaneidade, inspirada nas ideias dos fundadores do socialismo científico, Marx e Engels, contribuindo decisivamente – pelo menos nos primeiros anos -, para o aperfeiçoamento de importantes teorias e experiências sobre o processo revolucionário, a partir das análises, da militância resoluta e marcada por uma grande têmpora revolucionária de Lênin, Trotsky e outros revolucionários e revolucionárias, que assumiram importantes tarefas após a tomada do poder.

Embora os fundadores do socialismo científico não tivessem escrito obras específicas e detalhadas sobre problemas pedagógicos e educativos, a crítica histórica realizada por eles das relações sociais e das correntes teóricas, políticas e ideológicas predominantes no mundo capitalista foi fundamental para a construção de uma teoria marxista da educação. As críticas e contribuições de Marx e Engels ao problema da educação e às teorias naturalistas foram, na verdade, fundamentais no calor da nova situação criada pela tomada do poder pelos trabalhadores e a necessidade de reconstrução do país sob novas bases socialistas.

Os revolucionários e revolucionárias russos dedicados à reorganização da educação e ao debate teórico aprenderam muito com Marx e Engels sobre a necessidade de aplicação da concepção materialista da história à análise da educação burguesa, às questões pedagógicas e de formação humana, à militância cultural, às críticas das concepções idealistas da educação e a importância de desenvolver uma concepção pedagógica que se voltasse para o avanço da formação dos indivíduos e das suas capacidades.

A educação é um fenômeno da superestrutura, refletindo a forma como a sociedade se organiza e reproduz socialmente sua existência. Portanto, numa sociedade dividida em classes sociais, a educação também refletirá o caráter classista das relações sociais, numa relação dialética, tendo em vista que a superestrutura também reage sobre a base econômica e a estrutura social. A

reconstrução da sociedade sob novas bases econômicas e sociais colocou novas questões e possibilidades à educação, ausentes na sociedade burguesa.

Muitos utópicos acreditavam no papel redentor da educação no processo de transformação social, de modo que, pelo desenvolvimento da consciência crítica, formar-se-ia um novo processo de formação humana e de sociedade. É importante destacar que no auge desta concepção salvacionista da educação, com base nas possibilidades gestadas pelos conflitos históricos entre uma possível educação que colocasse em questão as relações de desumanização da sociedade capitalista e a formação promovida por uma autêntica proposta de educação, aparecem as críticas de Marx e Engels. É neste fértil cenário das propostas dos representantes do socialismo utópico que Marx tece uma crítica a Owen ao indagar, em uma das Teses sobre Feuerbach: quem educa o educador? Marx compreendeu muito bem que a educação é fruto das relações sociais dominantes e que é necessário criar novas relações sociais, para modificarmos não só a educação, mas todos os complexos políticos e culturais.

A educação para ser potencializada como uma importante ação no processo de transformação radical da sociedade, precisa se articular com as atividades revolucionárias dos homens e mulheres na construção de uma nova sociabilidade.

Uma das preocupações abordadas nesse texto se refere à grande tarefa educativa, a formação humana no horizonte da omnilateralidade, compatível com a nova sociedade em construção, baseada em novas relações sociais, colocando a necessidade da construção da pedagogia socialista, que viria a se tornar uma grande referência na crítica das propostas pedagógicas nos marcos da luta de classe na relação entre capital e trabalho, na luta social travada nos países que não fizeram suas revoluções sociais ainda, mas em cujo seio a escola e as universidades são espaços da luta de classes.

Uma das tarefas que se colocaram na época da Revolução Russa era a elaboração de um sistema educativo que preparasse os camponeses e operários para as tarefas da revolução permanente, uma educação viva, enraizada na produção social, na unidade indissolúvel entre teoria e prática para expressar a situação histórica concreta e a luta política para assegurar as conquistas da revolução e combater os ataques do capitalismo em sua fase

imperialista ao poder do soviets, abrindo uma etapa de transformações radicais na educação.

Nesse sentido, é muito importante trazer a lume as contribuições de Krupskaja e A. Lunacharski, os principais responsáveis pelas formulações das políticas do Comissariado do Povo para Educação, conhecido pela sigla Narkompros, nos primeiros momentos da revolução até os anos 30. Krupskaja teve um papel fundamental na educação socialista, em particular na etapa infantil, tendo fundado uma revista intitulada A caminho de uma nova escola, durante o período em que assumiu a responsabilidade pela seção pedagógica da comissão científica.

A primeira iniciativa foi a formação de comissariado de Educação. Não obstante, as mudanças colocadas em prática pelo comissariado neste campo tiveram que enfrentar inúmeras sabotagens dos departamentos de educação e de certos professores resistentes ao novo regime social e político, que começava a transição do capitalismo ao socialismo. O próprio Lênin lembrava constantemente das dificuldades e das tarefas colocadas pós-tomada do poder, dentre elas as transformações na Educação, como parte da formação de novos indivíduos, a partir das novas condições construídas pelo processo revolucionário.

Ao instalar o Comissariado do Povo para a Educação, em 29 de outubro de 1917, travou-se uma para solucionar os grandes problemas no campo educativo e na formação humana, introduzindo o ensino universal, obrigatório, gratuito e laico. Organizou-se todo o sistema educacional com base na ideia da escola única do trabalho, da coletividade e do desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

Muitas declarações foram feitas afirmando a necessidade de desenvolver a Escola Única do Trabalho da República dos Sovietes. Em seu regulamento, aprovado em outubro de 1918, ficou declarado que um dos principais objetivos da revolução era alfabetizar, tirar todos da escuridão que viviam, ou seja, universalizar a alfabetização para todas as crianças, jovens e idosos. É marcante nos documentos a diferenciação entre instrução e educação, entendida como um processo criativo por toda a vida. A declaração da escola única estava centrada numa sólida preparação para a vida e para o trabalho coletivo.

Houve uma preocupação em atender às reivindicações dos professores de organizar um plano de formação, de comissões que assumissem tarefas importantes na construção coletiva de um plano para as escolas soviéticas como seriam chamadas. Os militantes, círculos de professores e estudantes comprometidos com esta tarefa hercúlea de organização da educação socialista, tinham inicialmente apenas uma certeza: não reproduzir o velho modelo da educação burguesa atomizada, desconectada da realidade e da produção social.

A atividade formativa e educativa se colocou como uma das principais preocupações sociais, entretanto não podiam partir do nada, mais do estudo profundo das ciências pedagógicas, historicamente construídas e produzidas pela humanidade, tendo ciência, porém, da exigência de um novo conteúdo compatível com a nova sociedade socialista.

Esta monumental tarefa histórica exigiu dos educadores e educadoras, no contexto da revolução de outubro, muita dedicação, estudos e experiências para organizar a pedagogia socialista. Toda a classe laboriosa foi convocada a assumir o comando nos rumos da educação. Lênin tinha sistematizado alguns desafios, dentre eles instituir a educação gratuita, obrigatória e pública, articulando a teoria e a prática em todos os ramos da produção desde a educação infantil, respeitando os estágios de desenvolvimento; relação estreita entre o ensino e o trabalho socialmente produtivo; assegurar a assistência estudantil; reforçar e fortalecer a agitação e propaganda entre os professores; formar um novo quadro docente, nas experiências e ideias comunistas; organizar os conselhos de educação, criação de bibliotecas, de cursos de adultos, de conferências, de universidades e outras tantas propostas que avançassem na pedagogia socialista.

Havia uma preocupação muito grande com a formação e organização sindical dos professores. Lênin asseverava que apenas uma escola socialista poderia ser um instrumento importante da educação da personalidade humana. A essência da pedagogia socialista residia na educação coletivista articulada com a educação omnilateral do desenvolvimento da personalidade humana numa estreita relação entre escola e atividade revolucionária, portanto, a educação deveria se relacionar com as atividades revolucionárias no sentido

de edificar dialeticamente a formação do novo homem e da nova mulher na sociedade socialista como transição para o comunismo.

Várias contribuições foram dadas em relação aos problemas pedagógicos, influenciando o desenvolvimento posterior das teorias sobre a educação e a prática pedagógica, entre elas podemos destacar as contribuições de Suchodolski para a teoria marxista da educação, de modo que o manancial de experiências na seara pedagógica no período imediatamente posterior à tomada do poder pelos trabalhadores em 1917 são ainda hoje centrais para a reflexão sobre os ataques aos direitos elementares dos trabalhadores, o aprofundamento da miséria e do desemprego estrutural e o desmonte da educação pública em todos os níveis na situação atual de crise do capitalismo e os desafios que o contexto atual impõe aos militantes e revolucionários.

A experiência da educação no contexto da Revolução Russa tem muito a nos ensinar hodiernamente, sendo, na verdade, um legado extraordinário. O processo de educação baseado no trabalho, na auto-organização e na atualidade, com base nos complexos e nas atividades realizadas com o objetivo de articular teoria e prática, nas atividades de férias, verão e nos sábados vermelhos concluíram nas mais ricas experiências que a humanidade produziu no campo da educação.

Hoje temos um grande legado da práxis marxista da educação que deve ser amplamente estudada e servir de impulso no processo de luta de classe, na luta teórica, política e ideológica, particularmente no momento de recrudescimento do pensamento conservador, de criminalização aos lutadores e lutadoras sociais e de uma luta ideológica intensa contra o marxismo e as ideias socialistas. Cabem aos trabalhadores e a juventude explorada e oprimida não só preservar este legado revolucionário para a educação, como ampliá-lo, assimilando as suas lições e procurando aplicar o método do materialismo histórico à análise dos problemas atuais.

Referências:

LENINE, V. I. *Sobre a educação*. Lisboa: Seara Nova, 1977.

KRUPSKAYA, N. K. *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

PISTRAK, Moisey M. *Ensaio sobre a escola politécnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. *A escola comuna*. São Paulo: Expressão, 2009.

SUCHODOLSKI, Bogdan. *A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

6. A REVOLUÇÃO RUSSA E A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Sandra M. M. Siqueira

Professora de FACED/UFBA e Coordenadora do LEMARX

O texto ora apresentado tem por objetivo precípuo apreciar as conquistas e contribuições da Revolução Russa para a luta pela emancipação da mulher. Atomada do poder pelos trabalhadores em 1917, dirigida pelo partido Bolchevique, é considerada um dos maiores acontecimentos no século XX, refletindo de modo decisivo sobre as conquistas que essa grande experiência histórica da classe trabalhadora legou às mulheres, em termos de direitos e condições políticas, de acessos às esferas econômicas e culturais até então sob o domínio dos homens, nas sociedades de classes, particularmente a sociedade capitalista que demonstra um excesso de satisfação no controle dos corpos e vidas das mulheres.

Neste texto apresentamos uma visão panorâmica sobre a luta pela emancipação das mulheres e as conquistas da Revolução Russa, revigorando o significado da colaboração do marxismo, especialmente do bolchevismo, para a discussão da situação das mulheres no momento atual de profundos retrocessos de direitos trabalhistas e sociais no mundo e, em particular, no Brasil.

Lênin, dirigente máximo do processo revolucionário, afirmava que a posição da mulher após a Revolução Russa ganhava novos contornos, tendo em vista que colocava em destaque a distinção entre a antiga democracia burguesa – formal e limitada - e a nova democracia operária – fundada nos conselhos de trabalhadores e trabalhadoras -, dando respostas diferenciadas aos problemas das mulheres. Tanto a comuna de Paris (1871) quanto à Revolução Russa (1917) demonstraram que a autêntica emancipação da mulher só será possível com o fim da exploração de classe, pois o fundamento de todas as formas de opressão é de classe.

No desenvolvimento do movimento revolucionário russo, Lênin esboçou um programa do partido revolucionário, com o objetivo de luta pelo fim do capitalismo e pelo socialismo, defendendo como perspectiva geral a igualdade de direitos para homens e mulheres. Os marxistas, na sua crítica à opressão

da mulher na sociedade de classes, manteve uma preocupação em incluir a mulher nas atividades públicas, políticas, de elevação de sua consciência e participação no partido.

Também procuraram lutar ao lado das mulheres contra a exploração do trabalho feminino e de crianças nas fábricas e indústrias, que prejudicava a sua saúde. Lênin reafirmava a ideia de que o êxito da libertação do proletariado do jugo da escravidão capitalista está condicionado à libertação da mulher, premissa também presente nas obras de Marx e Engels.

Em 1913, Lênin fez uma dura crítica a hipócrita democracia burguesa com relação à prostituição, uma vez que ao mesmo tempo em que incentiva o tráfico de escravas sexuais, o estupro das jovens nas colônias, os representantes da burguesia simulavam estar em campanha contra a prostituição. Esta questão foi retomada por Lênin em 1919, ao se pronunciar sobre o agenciamento de mulheres para bordéis na chamada “America livre e civilizada”.

Lênin também se preocupou em investigar sobre várias outras questões relacionadas à realidade das mulheres na sociedade de classes, como, por exemplo, a questão da gravidez e a defesa feita pelos intelectuais burgueses do controle da natalidade das trabalhadoras para, supostamente, que a sua prole não fosse condenada à pobreza e à privação. Uma das conclusões de Lênin destes estudos é que a luta contra o capitalismo tem que garantir a construção de um brilhante futuro para as crianças e para as mulheres. Mas, para isso, era necessário denunciar a hipocrisia e a ideologia burguesa e avançar na organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Mesmo com todas as condições adversárias, devido à imposição das relações de submissão às mulheres, havia um envolvimento político das trabalhadoras, que modificava o caráter da participação e da atividade das mulheres no contexto da crise e do processo revolucionário, que concluiu com a tomada do poder em Outubro de 1917. A migração das mulheres camponesas para o chão das fábricas urbanas, provocadas pela primeira guerra mundial, exercendo atividades laborais no setor têxtil, no trabalho com o linho, seda, algodão, lã, cerâmica e papel, colocavam-nas no centro da luta de classes. A primeira guerra teve um peso grande na incorporação das mulheres

na vida produtiva. De 1914 a 1917, houve um crescimento significativo da força de trabalho feminina.

A Revolução de Fevereiro, que derrubou o regime político czarista, foi iniciada pelas mulheres tecelãs. As trabalhadoras entraram em greve no Dia Internacional das Mulheres, em 23 de fevereiro de 1917, confrontando-se com o aparato repressivo e tomaram as ruas de Petrogrado. As trabalhadoras viviam um cenário de precárias condições de trabalho e insalubridade, com baixas remunerações e sem qualificação.

As mulheres pediam pelo fim da guerra, pelo retorno dos homens que estavam no front e levantaram outras consignas referentes à difícil situação econômica, que os trabalhadores e trabalhadoras viviam. Sem o movimento grevista desencadeado pelas mulheres, sem a inspiração que produziram, a insurreição espontânea das massas em fevereiro poderia não ter ocorrido ou não ter derrubado os Romanov e, por outro lado, a cadeia de acontecimentos que levaram a Outubro, provavelmente, teria se dado de outra maneira ou, no limite, não teria acontecido o que, de fato, ocorreu.

É importante destacar o papel que o Partido Bolchevique teve em envidar esforços no processo de politização e organização das mulheres na vida sindical e partidária. O partido publicou uma jornal com título A mulher trabalhadora (do Rabotnitsa), editado em 1914 e relançado em maio de 1917, abordando sobre a importância de creches, berçários e de legislação protetiva para o trabalho das mulheres, bem como outras questões relacionadas às reivindicações e pautas das trabalhadoras.

Algumas conquistas importantes podem ser destacadas após a tomada do poder e nos primeiros anos da Revolução, dentre elas: o estabelecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres, substituição do casamento tradicional e religioso pelo registro civil, a conquista do direito ao divórcio tornou-se disponível a pedido de qualquer uma das partes. Essas medidas foram elaboradas um ano mais tarde no Código da Família, que tornou as mulheres iguais perante a lei. O controle religioso foi abolido, removendo de um só golpe séculos de opressão institucionalizada; o divórcio poderia ser obtido por qualquer uma das partes.

Outros avanços igualmente importantes foram aprovados e registrados no código de família, entre os quais, o direito das mulheres de ter a liberdade de

fazer uso dos seus recursos, sem que os seus companheiros tivessem direitos sobre os seus bens. Além disso, a Rússia, em 1920, tornou-se o primeiro país a legalizar o direito ao aborto, adiantando-se muito às condições de trabalho e de vida das mulheres de países capitalistas desenvolvidos, em que vigorava a democracia formal burguesa.

Entretanto, convêm afirmar que as conquistas dos primeiros anos da Revolução Russa não liquidaram completamente as antigas relações culturais e familiares vigentes antes da tomada do poder, particularmente no campo. A resistência às novas medidas e à nova condição das mulheres era presente, particularmente nos lugares mais atrasados do país, onde a velha família patriarcal e monogâmica procurava se manter de pé e resistir às transformações efetuadas pelo governo revolucionário dos soviets.

O fundamental é que as mulheres e homens fizeram história lado a lado na Revolução de Outubro de 1917, de forma ativa e organizada. As mulheres foram parte integrante dessas grandes transformações sociais, econômicas, política e culturais, de modo que a revolução foi um movimento transformador sem igual na história da humanidade quanto às condições de vida das mulheres em nível mundial.

Não obstante, em meados dos anos 1920 ocorreu uma intensa luta para garantir as conquistas da revolução, por ocasião do processo de burocratização do Estado russo e do Partido Bolchevique, que garantiu a vitória da fração de Stalin no poder e abriu as portas para profundos retrocessos principalmente nos anos de 1930, provocando uma regressão profunda nas conquistas das mulheres e na luta contra a opressão em geral, como, por exemplo, a proibição ao aborto em 1936, associada a uma política de perseguição e expurgos, dentre outras ações regressivas. Também, em 1944, ocorrem mudanças no campo da legislação da Família, em relação ao casamento, ao divórcio e à paternidade.

As lições que devemos tirar deste importante legado, apesar dos retrocessos provocados pela burocratização estalinista, é a luta contra as opressões em todos os países capitalistas, como parte da luta pela revolução socialista. Neste sentido, os avanços e as conquistas da experiência da Revolução Russa de 1917 constituem uma grande referência histórica no processo de emancipação das mulheres.

Nesse processo, para o qual mantemos uma dura batalha ideopolítica, devemos tomar as lições da Revolução Russa como referência para travar a luta contra os retrocessos nos direitos das mulheres, conquistados a duras penas, e combater todas as formas de opressão, denunciar os casos de violação de direitos, os estupros, os feminicídios, as mortes por abortos clandestinos e sem segurança de mulheres e tantas outras agressões a condição de ser mulher, negra, LGBTT, trabalhadora no século XXI. Trata-se, pois, de lutar intransigentemente contra a atual situação das mulheres oprimidas pelo jugo do capitalismo, herança do patriarcalismo, e contra o machismo, misoginia, racismo, homofobia, transfobia e outras violentas formas de opressões sociais.

É preciso também, sob a inspiração da Revolução de Outubro de 1917, lutar contra a exploração, contra as divisões hierarquizadas na produção, em que as mulheres, que exercem as mesmas funções que os homens, recebem salários inferiores e, no processo de reprodução, nas tarefas ligadas ao cuidado, ou seja, tarefas domésticas, sobre elas acabam recaindo os encargos com a educação e cuidado dos filhos e demais membros da família, como uma espécie de responsabilidade exclusiva das mulheres, expressão da profunda opressão a que estão submetidas no capitalismo.

Rememorar os avanços da Revolução Russa na luta pela emancipação das mulheres é reafirmar a importância que esta tradição histórica tem no atual processo da luta de classe, sendo necessário reafirmar o classismo nos atuais movimentos de mulheres. É reconhecer que as conquistas que tivemos foram conferidas pela intensa e enérgica participação dos militantes e das militantes socialistas na vida política e social em cada ciclo histórico, com destaque ao marxismo revolucionário, tendo na Revolução Russa a sua materialidade pela firme na ação do Partido Bolchevique.

É a partir desse horizonte que desenvolvemos o estudo da questão da mulher, no desígnio de compilar as experiências da Revolução Russa nas veredas da emancipação das mulheres, tendo em vista a participação das militantes nesse processo com profundos desdobramentos na atualidade para o movimento feminista classista. Sem a presunção de esgotar a problemática, pois se trata de uma tarefa hercúlea de ultrapassar os limites da mera sistematização e extrair importantes lições para colocar em prática no

movimento de mulheres que luta pela emancipação de toda a humanidade. Convêm destacar, nesse sentido, as ações coletivas realizadas pelo Laboratório de estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX), que completa em 2017 uma década de existência em defesa do marxismo e de apoio as lutas anticapitalistas, socialistas, e das mulheres.

Tecidas estas considerações, aproveitamos para homenagear grandes revolucionárias como Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Nadezhda Krupskaya, Inessa Armand, Konkordia Samoilova e Vera Slutskaia, bem como todas as mulheres trabalhadoras ativas na Revolução de Outubro de 1917. Seu exemplo continuará sendo um guia na luta pelo fim do capitalismo e de todas as opressões.

Referências:

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky)*. São Paulo: Sundemann, 2014.

7. A SAÚDE PÚBLICA NA RÚSSIA PÓS-REVOLUCIONÁRIA

Rômulo Caires

Médico, membro do LEMARX

O fim da URSS representou um marco para o sistema de saúde de uma Rússia que vivenciava a restauração do capitalismo em toda sua agressividade. Os planos privados de saúde floresciam e invadiam os espaços antes marcados pelo investimento público e estatal. A crescente massa de desempregados ficava agora entregue ao desamparo. A expectativa de vida despencava em todo o imenso território russo e alarmava aqueles que viam na experiência soviética um avanço em matéria de cuidado à saúde dos trabalhadores. Tais fatos estimularam muitos historiadores e cientistas sociais a detectarem a causa de tamanha regressão.

O direito à saúde sempre foi uma demanda central das lutas dos trabalhadores. Em *O Capital*, Marx dedica longas passagens a analisar como jornadas extenuantes, condições insalubres de trabalho, a precariedade das moradias, a completa insegurança alimentar e os constantes acidentes ocupacionais condenavam os trabalhadores a sofrerem continuamente os infortúnios das doenças. Ao mesmo tempo em que os capitalistas necessitavam reproduzir a força de trabalho e para isto precisavam manter os trabalhadores vivos, a pressão exercida por um crescente exército industrial de reserva não dava muitas margens para os trabalhadores questionarem suas condições precárias de vida. Assim, as conquistas de uma maior seguridade social e melhor saúde vieram justamente do embate de organizações da classe trabalhadora (cada vez mais conscientes da sua importância na produção da riqueza social) contra o Estado burguês. Marx mostrava, assim, o quanto a organização da luta de classes tinha papel fundamental nos avanços jurídicos alcançados pela classe trabalhadora, muito mais do que as possíveis boas intenções do sistema estatal.

Até o início do século XX, a mortalidade infantil na Rússia era de 240 a 270 crianças mortas por mil nascidos vivos. Os índices de mortalidade materna também eram bastante elevados, indicando as precárias condições de vida que as mulheres enfrentavam na Rússia pré-revolucionária. A expectativa de vida

mal chegava aos 35 anos. O país vivia uma situação muito diferente dos países em que o capitalismo estava plenamente desenvolvido tais como França e Inglaterra. A Rússia era um país predominantemente agrário, cuja autoridade máxima, o czar, não era nada sensível à demanda dos enormes contingentes de pobres e desvalidos. O início da modernização russa se deu na forma do que Lenin chamou de via prussiana.

A instauração do sistema capitalista ocorria sem a mediação das massas populares, num processo ditado pelo alto. Via-se uma tentativa abrupta de industrialização e urbanização que deixava atrás de si as chagas sociais que tais processos costumam provocar.

A saúde na Rússia czarista tinha uma estrutura essencialmente aristocrática, na qual os benefícios eram colhidos majoritariamente pelas classes proprietárias. O miserável orçamento médico estava basicamente focado na entrega de serviços individuais e não possuíam a concepção de um sistema de prevenção e promoção da saúde. O grosso da população estava privado de condições sanitárias dignas em termos de moradia, alimentação, água, cultura e etc. O resultado disso é que a Rússia vivia repetitivas epidemias de cólera e febre tifoide, que dizimavam grande número de pessoas. Os trabalhadores e profissionais da saúde que existiam eram geralmente precarizados, bastante simpáticos ao programa bolchevique em prol de um sistema de saúde gratuito, universal e democraticamente referenciado. Por outro lado, os médicos representavam em sua maioria os interesses mais conservadores da sociedade.

A situação começa a mudar a partir dos levantes de 1905. O ascendente movimento de massas na Rússia colocava a saúde como uma prioridade política. Um crescente número de médicos também se radicalizava, formando sindicatos combativos, e no qual o marxismo ganhava espaço. Sinalizavam que a crise na medicina era apenas uma parte de uma crise ainda maior que envolvia toda Rússia, acenando para a reflexão cada vez mais intensa dos determinantes sociais das doenças. Sirotkina aponta que: “Os problemas acerca da saúde pública para a população miserável – uma solução que se encontra além da medicina – fizeram com que os médicos se tornassem um dos grupos mais radicais da intelectualidade. Tornando-se críticos das políticas governamentais sobre saúde pública, muitos deles se tornaram também

críticos do regime. Durante os [...] eventos revolucionários, os médicos culpavam o regime repressivo por destruir a saúde da população.”

Se no seio das próprias elites médicas ocorria tal processo de radicalização, os trabalhadores da saúde nos hospitais e nas vilas clamavam por maior democracia nos processos de estruturação da saúde, exigindo que o sistema de saúde fosse tirado das mãos de administradores não eleitos e colocado no controle de pacientes e trabalhadores.

O campo da saúde mental e da psiquiatria também foi atravessado pelas lutas por uma nova ordem social. Antes de 1905 a trajetória da psiquiatria na Rússia seguiu de perto as experiências que ocorriam na Europa, onde a lógica manicomial funcionava como dispositivo de repressão e tortura. Era um dos lócus de ação da polícia czarista, que utilizava das instituições manicomiais como depósitos para todos os “elementos indesejáveis”. Iakobi, psiquiatra marxista russo, demonstrava a influência destrutiva que o capitalismo emergente exercia sobre o campo da saúde mental. O autor argumentava que as relações de propriedade burguesas privilegiava determinadas noções de “normalidade” compatíveis com o funcionamento econômico da nova sociedade. Os insanos, antes de estarem sendo curados pelo sistema manicomial, estavam sendo isolados da sociedade por colocarem diretamente em cheque os interesses das classes dominantes.

Neste contexto, a Revolução Russa trazia em seu bojo uma série de demandas sociais construídas nos movimentos e lutas em prol de um novo sistema de saúde para a sociedade revolucionária. O governo soviético criou, em julho de 1918, o Comissariado do Povo de Saúde Pública “Narkomzdrav”, nomeando para sua direção o médico bolchevique Nikolai Semashko. O comissariado nascente teve que enfrentar uma grande crise social e sanitária que castigava o povo russo desde a época dos czares, agravadas ainda mais pela Primeira Guerra Mundial e pela Guerra Civil. O desafio era imenso, mas o desejo de construir o primeiro sistema de saúde público e universal estimulava as melhores cabeças da URSS. Semashko baseava o novo modelo de atenção à saúde nos processos políticos que se desenvolviam no país, como a organização dos soviets, seguindo os princípios da organização e centralização da atenção médica, igualdade do acesso a todos os cidadãos, métodos e tratamentos de prevenção unificados, enfrentamento das bases

sociais das doenças e participação popular na tomada de decisões relacionadas à saúde.

Um amplo sistema de educação em saúde também foi construído com o intuito de transmitir os princípios fundamentais que toda a população necessitava para um cuidado de saúde mais qualificado. Medidas como a legalização do aborto acompanharam amplas campanhas de educação sexual. Estavam lançadas várias das bases do que posteriormente ficou conhecida como atenção primária a saúde.

Foram instituídos centros de pesquisas para os problemas mais urgentes e a indústria farmacêutica foi nacionalizada, visando produzir os medicamentos necessários ao controle das diversas doenças que explodiam em solo soviético. Não podemos deixar de lembrar também a preocupação com os diversos aspectos que compõe uma vida rica, tais como a prática de esportes, lazer e cultura.

Os bolcheviques tinham uma atenção especial aos indivíduos com deficiência física, formulando políticas que aumentassem o acesso aos diversos bens sociais e culturais. É preciso notar, assim, o imenso avanço que a Revolução Russa representou para a população soviética, em particular, como também serviu de exemplo para a classe trabalhadora e para os oprimidos de todos os países do mundo.

O sistema de saúde soviético alcançou uma forma muito avançada de organização da saúde, dando atenção aos aspectos coletivos e singulares do processo saúde-doença. Certamente o período pós-revolucionário foi marcado por diversas contradições na sociedade soviética, com avanços e recuos nas pautas aqui elencadas. Há que se destacar especialmente a diminuição da participação popular nas decisões mais importantes, além da aproximação das práticas de saúde coletiva de processos marcadamente higienistas em saúde. Todavia, o grande aumento na expectativa de vida populacional, a garantia universal de acesso a diversos serviços de saúde, de cultura e de lazer, o incremento na visibilização de populações antes marginalizadas constituem marcos históricos da experiência soviética. O processo de restauração capitalista nos países da antiga URSS levou enormes contingentes populacionais a perder os direitos mais básicos. O fortalecimento da lógica mercadológica imprime contornos ainda mais trágicos ao que restou de tal

experiência. Cabe a todos nós, trabalhadoras e trabalhadores, além das demais populações oprimidas criticar ferozmente os retrocessos capitalistas, resgatando todas as diversas experiências do campo socialista que apontaram para um sistema de saúde mais compatível com os interesses de tais populações. É no resgate de tais experiências que podemos observar os limites absolutos que o sistema capitalista coloca ao campo da saúde.

Referências:

ROSENTHAL, Keith. *A Revolução Russa e os deficientes*. Revista Outubro, n.30, 2018.

8. LÊNIN, O ESTADO E A REVOLUÇÃO

Victor Bruno Marinho Pereira
Graduando em Direito/UFBA

O Estado e a Revolução de Vladímir Ilitch Lênin (1870-1924) foi escrito em agosto de 1917, portanto, após os acontecimentos revolucionários que levaram à derrubada da autocracia czarista e à constituição do Governo Provisório, de caráter liberal-democrático – portanto, burguês – em fevereiro e antes da tomada do poder pelos soviets de operários, camponeses e soldados, em outubro, sob a liderança do Partido Bolchevique e do próprio Lênin.

O objetivo da obra era recuperar a verdadeira doutrina revolucionária de Marx e Engels sobre o Estado, diante das deformações e falsificações engendradas pela socialdemocracia adaptada ao capitalismo que, sob o manto do marxismo, extirpava o conteúdo revolucionário do pensamento de Marx a fim de justificar sua participação em diversos governos burgueses e seu apoio à guerra imperialista (I Guerra Mundial). O principal teórico da socialdemocracia internacional à época era Karl Kautsky (1854-1938), contra quem Lênin volta a maior parte de suas críticas.

Ao realizar a crítica do reformismo socialdemocrata, Lênin assentou as bases da teoria revolucionária do Estado, que guiará a luta do proletariado russo pelo poder, referenciando a Revolução Russa de 1917 e sendo enriquecida por ela, na tortuosa experiência de edificação do socialismo no primeiro Estado operário da história.

Retomando Engels, em sua obra *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado*, Lênin expõe o fundamento histórico do surgimento do Estado: o aparecimento de antagonismos de classe na sociedade, o seu desenvolvimento até se mostrarem inconciliáveis, fazendo-se necessário a existência de um poder colocado aparentemente acima das classes sociais, com o objetivo de controlar os choques entre as classes dentro de limites toleráveis que possibilitem a preservação da “ordem”.

Portanto, enquanto não existiram classes sociais, desigualdades econômicas e antagonismos de classe provenientes dessas divisões na

sociedade, não havia qualquer necessidade de um organismo especial, separado da sociedade, que exercesse o monopólio da violência através de exércitos, leis, tribunais, prisões, etc., com a finalidade de proteger a propriedade privada dos meios de produção e conter a revolta da imensa maioria explorada.

Lênin explica didaticamente que:

houve um tempo em que não existia o Estado, em que os vínculos gerais, a sociedade mesma, a disciplina e organização do trabalho se mantinham pela força do costume e da tradição, pela autoridade e respeito de que gozavam os anciãos do clã ou as mulheres – que naquela altura não só gozavam de uma posição social igual à dos homens, senão que mesmo, não raro, gozavam até de uma posição social superior —, e em que não havia uma categoria especial de pessoas que se especializassem em governar. A história demonstra que o Estado, como aparelho especial para a coerção dos homens, surge apenas onde e quando ocorre a divisão da sociedade em classes, quer dizer, a divisão em grupos de pessoas, algumas das quais se apropriam permanentemente do trabalho alheio, por meio do qual uns exploram os outros. (1)

Com o advento do modo de produção escravista – aqui estamos tratando especificamente da história europeia, ainda que, o processo de divisão da sociedade em classes sociais possa ser observado em todas as sociedades que conheceram o excedente econômico e com ele a possibilidade de uma parte minoritária da sociedade viver sem trabalhar, se assenhoreando dos produtos do trabalho dos outros – tornou-se, pela primeira vez, indispensável um aparelho que desse o poder necessário aos senhores para governar seus escravos. O Estado antigo – Roma, Grécia, etc. – era o Estado dos proprietários de escravos. Da mesma forma, o Estado feudal era dominado pelos grandes proprietários de terras que se apossavam do trabalho dos servos camponeses. Não é diferente com o moderno Estado burguês, um verdadeiro instrumento dos donos do capital contra as massas assalariadas em todos os lugares em que se possa afirmar que existe capitalismo.

Os reformadores pequeno-burgueses da sociedade capitalista em crise – logo, também reformuladores das ideias revolucionárias de Marx – até reconheciam o fato incontestável de que o Estado só existe na medida em que subsistem antagonismos de classe e, portanto, lutas de classes, como destaca Lênin, mas buscavam “corrigir” Marx ao conceberem o Estado como instrumento de conciliação das classes em pugna. Rechaçam a tese de Marx segunda a qual “o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de

opressão de uma classe por outra, é a criação da “ordem” que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito das classes” (2).

Kautsky, por sua vez, de maneira muito mais sutil, sequer negava – no campo das ideias – que o Estado seja um órgão de dominação de classe. Na prática, entretanto, rechaçava completamente a única conclusão revolucionária possível dessa tese: a de que a emancipação da classe oprimida – dos trabalhadores – é impossível sem a destruição do Estado burguês que a oprime, por meio de uma revolução violenta.

O Estado, destaca Lênin, é antes de tudo “destacamentos especiais de pessoas armadas tendo à disposição prisões etc.” (3). A divisão da sociedade em classes impossibilita a organização armada espontânea da população. Isso fica claro nas revoluções que, ao destruírem o aparelho de Estado, elevam a luta de classes ao nível militar, isto é, a classe dominante despojada do poder do Estado buscando reconstituir o exército e as polícias que a servem e a classe oprimida se esforçando por construir uma nova organização repressiva ao seu serviço.

Em regra, o poder do Estado não é exercido diretamente pelos membros da classe dominante. A classe economicamente dominante se vale de um corpo privilegiado de funcionários. Estes funcionários, a burocracia, são bem pagos para manter o domínio político dos capitalistas. A isto se soma a corrupção direta dos funcionários e indireta por meio do casamento entre governo e o capital financeiro. O saque do orçamento público através do sistema da dívida pública é uma prova disto. Essa corrupção é tão mais efetiva na república democrática, pois o capital exerce o seu poder sem as dificuldades trazidas pela dominação autocrática. O fundamental é que o Estado burguês, qualquer que seja seu invólucro político – democracia ou ditadura, bonapartismo ou fascismo – é um instrumento do capital para explorar o trabalho assalariado.

Surge então o problema: qual deve ser a postura do proletariado, em luta pela sua emancipação, diante da máquina de Estado burguesa? Engels, citado por Lênin, no Anti-Dühring deixa clara a concepção marxista de que o Estado burguês deve ser destruído no momento em que o proletariado assume o poder e abole a propriedade privada dos meios de produção, transformando-os em propriedade social. No seu lugar será edificado um Estado proletário. Mas

este Estado não é mais que um semi-Estado, pois se encontra em constante definhamento, na medida em que as condições materiais para a existência das classes sociais e, portanto, de um poder repressor específico deixam gradualmente de existir.

Se o Estado burguês é extinto pela revolução proletária, o Estado proletário (ditadura do proletariado) definha e morre. A concepção marxista da destruição do Estado não se confunde, portanto, com a defesa anarquista de sua “abolição”.

O Estado não deixará de existir devido à boa vontade dos homens, ou através de um decreto (quem edita o decreto e quem garante o seu cumprimento?), como pensam os anarquistas. A única concepção científica do destino futuro do Estado diz que o:

primeiro ato no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato autônomo enquanto Estado. De esfera em esfera, a intervenção do poder estatal nas relações sociais vai se tornando supérflua e acaba por desativar-se. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração de coisas e pela condução de processos de produção. (4)

Pelo que substituir o Estado burguês? Ou melhor, o que viria a ser este Estado proletário, um semi-Estado, nas palavras de Lênin? Em primeiro lugar, entre os marxistas, há pelo menos uma certeza quanto a este tema: a necessidade, no período de transição entre o capitalismo e o comunismo (sociedade sem classes), da utilização revolucionária do poder estatal, entendendo este poder como o proletariado organizado enquanto classe dominante, com o objetivo de impedir a reação burguesa e consolidar a propriedade social. Nas palavras de Lênin:

Necessitamos de um poder revolucionário, necessitamos (para um certo período de transição) de um Estado. É nisto que nos distinguimos dos anarquistas. A diferença entre os marxistas revolucionários e os anarquistas não consiste só em que os primeiros são pela grande produção comunista centralizada e os segundos pela pequena produção dispersa. Não, a diferença precisamente quanto à questão do poder, do Estado, consiste em que nós somos pela utilização revolucionária das formas revolucionárias de Estado para lutar pelo socialismo e os anarquistas são contra. (5)

Para responder a estas perguntas, Lênin voltou sua investigação ao que Marx e Engels escreveram sobre a experiência da Comuna de Paris (1871). Antes disso, Marx e Engels só poderiam responder a este problema de maneira

ainda muito abstrata. Isto porque, para o marxismo, não se tratava de formular modelos ideais da sociedade futura (como os socialistas utópicos o fizeram), mas, a partir da própria experiência concreta do movimento de massas, retirar as conclusões sobre as formas que essa organização política futura assumiria. Assim, no Manifesto Comunista, Marx e Engels somente puderam dizer que “o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia pela luta”. (6) meios de produção em Com a Comuna de Paris, a primeira revolução proletária da história, Marx pôde analisar com afincado as formas políticas experimentadas pelos communards (7).

O primeiro fato que chamou a atenção de Marx foi que a primeira medida da Comuna consistiu em ordenar a supressão do exército permanente e substituí-lo pelo povo em armas. Outras importantes medidas políticas foram: a) sufrágio universal; b) elegibilidade e revogabilidade de todos os funcionários públicos; c) salários de operários para todos os funcionários do Estado; d) substituição do parlamento por um órgão de trabalho (a Comuna), executivo e legislativo ao mesmo tempo.

A Comuna representou um democratismo radical jamais visto na história da sociedade burguesa. Segundo Lênin,

a democracia, realizada de modo tão completo e conseqüente quanto é concebível, converte-se de democracia burguesa em proletária, de Estado (= força especial para a repressão de determinada classe) em uma coisa que já não é, para falar propriamente, Estado. (8)

À medida que as funções típicas de Estado vão passando a serem realizadas diretamente pelo povo (o exército é substituído pelo povo armado; o funcionalismo privilegiado deixa de existir; o parlamentarismo corrupto e charlatão é substituído por “órgãos de trabalho”), menos se torna necessário esse poder específico separado das massas, essa força especial para a repressão. O Estado como “força especial” para a repressão de determinada classe dá lugar a repressão da minoria opressora pela força geral do povo trabalhador, nas palavras de Lênin.

A experiência da Revolução Russa de 1917 confirmou, em diversos aspectos, a análise revolucionária de Marx sobre os acontecimentos da Comuna de Paris de 1871, retomada por Lênin em O Estado e a Revolução. A

Revolução Russa, assim como a Comuna de Paris, teve que quebrar a máquina de Estado burguesa e substituí-la por um Estado proletário.

As correntes reformistas que atuaram na Revolução Russa (mencheviques e a ala direita dos socialistas-revolucionários), ao formarem o Governo Provisório com a burguesia e seus partidos, chegaram ao poder do Estado sem transformá-lo. Ao contrário, foram transformados pelo Estado, absorvendo os privilégios que remontavam ao período czarista, e, pelo compromisso que mantinham com a burguesia, não puderam cumprir nenhuma das reivindicações das massas russas (pão, paz e terra).

Apenas o Partido Bolchevique, sob a liderança de Lênin e Trotsky, foi capaz de tomar o poder da burguesia russa, destruir o Estado burguês, erguer sob os seus escombros um novo Estado, proletário, portanto, , baseado não nas velhas instituições advindas do regime czarista (exército, polícia, tribunais, parlamento, burocracia), mas em organismos de poder próprios da classe trabalhadora (os soviets), e atender às reivindicações mais sentidas do proletariado, como tirar a Rússia da guerra imperialista, iniciando a transição socialista.

A vitória da Revolução Russa se deve, também, à recuperação revolucionária que Lênin realizou da concepção marxista do Estado, em um momento em que quase a totalidade da socialdemocracia internacional se encontrava mergulhada em concepções oportunistas, que bloqueavam o caminho da classe trabalhadora ao poder. A tragicidade do oportunismo que tomou conta do Partido Socialdemocrata Alemão foi tamanha que esta organização se notabilizou por ter composto o governo que assassinou Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, representantes da ala revolucionária deste partido, que mantiveram, junto com Lênin e Trotsky na Rússia, acesa a chama da revolução.

Referências:

- (1) LÊNIN, V. I. *Sobre o Estado*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/11.htm..>
- (2) Lênin, *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 29.
- (3) Idem, p. 32.
- (4) ENGELS, F. *Anti-Dühring* cit. in ibidem, p. 39.

(5) LÊNIN, V. I. *Cartas de L o n g e*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/03/20.htm#r4>.

(6) MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>.

(7) Participantes da Comuna de Paris de 1871 na França.

(8) LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 66.

9. A REVOLUÇÃO RUSSA E O DESENVOLVIMENTO DA TEORIA MARXISTA DO DIREITO

Victor Bruno Marinho Pereira
Graduando em Direito/UFBA

Neste artigo, tratamos fundamentalmente das contribuições dos dois dirigentes bolcheviques que mais se destacaram no debate marxista do direito, Petr Ivanovich Stucka (1865-1932) e Evgeni Pachukanis (1891-1937), tendo como pano de fundo a experiência da construção de um novo sistema judiciário, que correspondesse às novas relações de propriedade desenvolvidas pela Revolução de Outubro.

A Revolução Russa colocou no centro do debate teórico-prático o problema do direito. Anteriormente a outubro de 1917, a crítica marxista do direito burguês apenas pôde dar os seus primeiros passos. Foi Engels o primeiro a esboçar, ainda que de forma muito inicial, uma crítica dialético-materialista do direito. E o fez notadamente na obra *O Socialismo Jurídico*, escrita em colaboração com Karl Kautsky, e no capítulo *Moral e direito. A igualdade*, do seu *Anti-Dühring*. Ao escrever estes textos, o grande revolucionário alemão buscava combater concepções de mundo pretensamente socialistas, que estavam ganhando certa influência no movimento operário, mas que não iam além da defesa de reformas sociais por dentro das instituições, o chamado socialismo jurídico.

Apenas com a tomada do poder pelo proletariado na Rússia se colocaram os seguintes problemas: o que fazer com as velhas leis do regime czarista e do governo burguês-liberal provisório? Como se comportar diante dos antigos tribunais que, a despeito da revolução, continuavam a aplicar as leis do antigo regime, de maneira reacionária? O que daria lugar ao velho sistema judiciário? Ainda, como se daria a construção de um novo direito, que correspondesse aos interesses da nova classe em ascensão? Poderia existir um direito proletário, em oposição ao direito burguês?

Em 24 de novembro de 1917, o Conselho dos Comissários do Povo, então órgão dirigente do governo soviético, editou o Decreto n. 1 Sobre o Tribunal que, entre outras medidas: a) aboliu todos os tribunais até então

existentes, substituindo-os por novos tribunais democraticamente eleitos; b) substituiu os juízes de paz, eleitos indiretamente, por tribunais locais diretamente eleitos; c) aboliu as funções de promotoria (Estado-acusador), juízes de inquérito e a advocacia privada, permitindo a qualquer cidadão íntegro, de ambos os sexos, em gozo dos direitos políticos, exercer as funções de defesa ou acusação e incumbindo a investigação preliminar a juízes locais eleitos; d) decidiu que as leis dos governos derrubados permaneciam vigentes apenas na medida em que não tenham sido revogadas pela revolução ou não contradissem a moral revolucionária, os decretos do governo operário e camponês e os programas mínimos do Partido Operário Socialdemocrata Russo e do Partido Socialista-Revolucionário [de esquerda] (partidos que formavam o governo soviético). A verdade, justiça, liberdade, igualdade e o direito proferido pelo velho sistema judiciário correspondiam inteiramente aos interesses da classe burguesa, da qual os juízes eram perfeitos representantes, não só pelo fato do Poder Judiciário ser uma instituição do Estado, mas também pelos juízes pertencerem, por suas próprias condições materiais (econômico-sociais), às classes possuidoras (burguesia e latifundiários). Assim, o Supremo Tribunal Russo, ao tempo que considerou a revolução burguesa de fevereiro de 1917 plenamente legal, passando a julgar não mais em nome do czarismo, e sim do Governo Provisório Este Decreto horrorizou os representantes da burguesia russa recém-alijada do poder, incluindo os partidos reformistas pequeno-burgueses, Mencheviques e a direita dos Socialistas-Revolucionários, passando pelo partido liberal-burguês Kadet (Partido Constitucional Democrata), os velhos monarquistas e a própria casta jurídica, formada por juízes czaristas, promotores e advogados.

Ainda, causou dúvidas até mesmo entre os revolucionários (comunistas), tendo encontrado resistência no próprio Conselho de Comissários do Povo. Segundo Stucka, “a secular ideologia burguesa dominava, com tenacidade, os cérebros até mesmo dos nossos próprios revolucionários” e “é difícil acreditar que o projeto original do Decreto sobre o Tribunal provocou mais dúvidas e obteve mais votos desfavoráveis do que a decisão de despedaçar todo o sistema bancário”. (1)

Para alguns destes, era necessário primeiro criar novas leis, novos códigos, sendo precipitado fundar novos tribunais antes de uma nova

legislação. Outros propugnavam mesmo a gradual transformação dos velhos tribunais em autênticos tribunais democráticos, apoiando-se em seus representantes que simpatizassem com o novo governo, uma posição claramente reformista. Todos, no entanto, temiam que a paralisação do aparelho judiciário existente, por um certo período, levasse a uma completa desagregação da vida econômica e social do país.

Stucka, que era o Comissário do Povo para a Justiça na época da edição do Decreto, por sua vez, o defendeu brilhantemente em seu artigo Tribunal velho e Tribunal novo (1918). Para ele, o Poder Judiciário, que segundo a ideologia jurídica burguesa representa as eternas ideias de verdade e de justiça, constitui, em verdade, “o órgão mais consistente do sistema capitalista e dos interesses das classes possidentes” e o Supremo Tribunal era “depois do exército permanente e da polícia burocrática, a mais sólida garantia do sistema burguês-latifundiário”. (2)

A verdade, justiça, liberdade, igualdade e o direito proferidos pelo velho sistema judiciário correspondiam inteiramente aos interesses da classe burguesa, da qual os juízes eram perfeitos representantes, não só pelo fato do Poder Judiciário ser uma instituição do Estado, mas também pelos juízes pertencerem, por suas próprias condições materiais (econômico-sociais), às classes possuidoras (burguesia e latifundiários).

Assim, o Supremo Tribunal Russo, ao tempo que considerou a revolução burguesa de fevereiro de 1917 plenamente legal, passando a julgar não mais em nome do czarismo, e sim do Governo Provisório liberal-burguês, decretou a revolução proletária de outubro do mesmo ano ilegal, continuando a julgar conforme o direito do governo derrubado, por um mês inteiro, sem reconhecer o poder soviético, até ser dissolvido em novembro.

Stucka, e também Lênin, compreenderam perfeitamente que apenas sobre os escombros da velha Justiça burguesa poderia ser edificada uma nova Justiça socialista, comprometida com os interesses das classes despossuídas. Isto porque o direito não é simplesmente o conjunto do “ordenamento jurídico”, formado por normas de emanção arbitrária, mas sim, uma superestrutura que emerge naturalmente das relações sociais que conformam a estrutura da sociedade (relações de propriedade, domínio político de uma determinada classe, etc.). Para que os juízes passassem a julgar de acordo com os

interesses da classe trabalhadora, não bastava mudar as leis, era preciso transformar radicalmente a estrutura social do país.

Acerca da necessidade de criar um novo arcabouço jurídico antes de suplantarmos a velha estrutura judicial, Stucka é muito claro quando diz que

Se, já em tempos normais, essa lei escrita encontra-se bem distante de abraçar todas as relações jurídicas existentes, sendo que muito frequentemente reflete apenas com grande inexatidão o Direito efetivo, isto é, o Direito tal como é “concebido” e realmente concretizado pelas pessoas vivas, seria ridículo sonhar com a estabilidade da lei escrita, em um momento de grande transformação. (3)

Para a concepção materialista do direito, não são as leis que fundam a sociedade. A sociedade encontra nas leis apenas a sua expressão legal. Tão logo não corresponda às relações sociais, o direito escrito não passará de letra morta. Assim como, no exemplo de Marx, o Código de Napoleão (Código Civil Francês) não teria fundado a moderna sociedade burguesa, sendo este tão somente um produto desta, não seria a edição de um código civil soviético que criaria a nova sociedade socialista.

O que foi criado no lugar dos velhos tribunais burgueses? Tribunais populares em cada localidade, formados por trabalhadores, camponeses e soldados, eleitos diretamente e com mandatos revogáveis. Tinham competência para examinar as questões cotidianas, costumeiras. Evidentemente, se surgissem questões complexas para as quais demandassem conhecimento especializado, os juristas seriam convocados pelo tribunal popular.

Stucka deu à teoria marxista do direito uma contribuição muito valiosa na sua obra *Direito e Luta de Classes*. A ideia central do jurista soviético é que a essência do direito corresponde ao aparecimento da sociedade de classes e, com ela, do momento jurídico das relações sociais. Significa dizer que, enquanto houver classes sociais, o direito continuará existindo, mesmo numa sociedade resultante de uma revolução social vitoriosa. Isto porque, as classes sociais não serão imediatamente abolidas.

Apenas depois de um longo processo de transição socialista em direção à sociedade comunista e quando as classes sociais forem extintas, não haverá mais necessidade do direito como instrumento de regulação social. Por isso,

Stucka fala de um direito revolucionário de transição, em contraposição ao direito burguês propriamente dito.

Outra importante reflexão sobre o fenômeno jurídico foi realizada por E. Pachukanis. Este revolucionário buscou compreender o direito em sua especificidade burguesa, enquanto forma social, para além do seu já conhecido conteúdo de classe.

Para Pachukanis, mais que reconhecer o caráter classista do direito, era preciso compreender porque, em determinado momento da história, a dominação de classe assumiu formas jurídicas. Para Pachukanis, apenas no capitalismo o direito pode se desenvolver plenamente e se autonomizar enquanto forma. Antes da sociedade burguesa, a dominação se realizava por meios essencialmente extrajurídicos (religião, costumes, tradições, jugo direto, etc.), sendo que só podia se falar em direito nas sociedades pré-capitalistas de maneira muito restrita, enquanto realidade embrionária e fundida com religião, costumes, etc.

É apenas com o desenvolvimento das trocas mercantis que o direito emerge como forma necessária para o desenvolvimento das relações sociais burguesas. É na troca que os indivíduos comparecem como sujeitos de direito, autônomos, capazes de estabelecer uma relação jurídica de equivalência (contrato) e tomar decisões, que correspondem, supostamente, aos seus interesses:

Marx aponta a condição fundamental, arraigada na própria economia, da existência da forma jurídica, a saber, a unificação das condições de trabalho de acordo com o princípio da troca de equivalentes, ou seja, ele desvela no nexo interno profundo da forma jurídica e da forma mercadoria. (4)

Para tanto, o autor realiza um percurso metodológico semelhante ao de Marx na sua obra de crítica da economia política, *O Capital*. Marx inicia seu estudo pela categoria mais simples, porém mais abstrata, a mercadoria, passando a categorias cada vez mais complexas como preço, valor, e depois, salário, lucro, classes, produção, circulação, etc., podendo assim reconstituir o todo social como uma unidade rica em determinações e interrelações.

O mesmo deveria ser realizado quanto ao estudo do direito. O todo social (sociedade, população, Estado), concreto, deveria não ser o ponto de partida da reflexão, mas o de chegada. Qual seria a categoria mais simples do direito?

Para Pachukanis, o sujeito de direito. A partir dessa categoria, o autor vai construindo uma crítica contundente do momento jurídico das relações sociais, ao mesmo tempo em que demonstra que as categorias jurídicas nada mais são que expressão de relações econômicas e sociais e, portanto, assim como o capitalismo é uma formação social transitória, o direito está condenado a se extinguir com o fim das relações mercantis. No capitalismo, o direito se desenvolverá nas suas formas mais amplas de modo a expressar um conjunto muito complexo de relações sociais.

Pachukanis, a partir de uma leitura original de O Capital de Marx, realizou a crítica mais radical ao direito burguês e apontou a impossibilidade da construção de um direito proletário, na fase de transição do capitalismo ao socialismo. Pachukanis, a partir de uma leitura original de O Capital de Marx, realizou a crítica mais radical ao direito burguês e apontou a impossibilidade da construção de um direito proletário, na fase de transição do capitalismo ao socialismo.

O conteúdo revolucionário do direito no período da ditadura do proletariado não afastaria completamente a sua forma burguesa, tendo em vista que o trabalho ainda é a medida da repartição dos produtos. Apenas na fase superior do comunismo, quando a sociedade se reger pelo princípio de “a cada um segundo suas necessidades, de cada um segundo suas possibilidades”, quando a produção for tão abundante que não subsistirá qualquer diferença social entre os indivíduos, o estreito horizonte do direito burguês será completamente superado.

Nesse sentido, Pachukanis foi além de Stucka, embora suas diferenças não sejam tão importantes ao ponto de contrapô-los, como fazem de maneira vulgar alguns comentadores do pensamento jurídico soviético. Na verdade ambos os autores se complementam, tendo Pachukanis realizado a melhor crítica ao direito burguês, apreendendo-o em suas formas, e Stucka exposto de maneira brilhante o conteúdo material (de classe) do direito.

Referências:

- (1) STUCKA, P. *Direito de classe e revolução socialista*. São Paulo: Sundermann, 2009, p. 13.

(2) Idem, p. 12.

(3) Ibidem, p. 16.

(4) PACHUKANIS, E. *A teoria geral do direito e o marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2017, p. 85.

10. O DEBATE SOBRE A ARTE NA REVOLUÇÃO RUSSA

Francisco Pereira

Professor de Direito, membro do LEMARX

Uma das questões mais candentes da história do marxismo e, porque não dizer, da própria Revolução Russa é o problema da relação entre a arte, a literatura e a revolução. Os fundadores do marxismo foram grandes admiradores e estudiosos da arte e da literatura. Desde as suas primeiras obras, as da juventude, até as da maturidade, Marx e Engels estão frequentemente citando escritores importantes da história. São os casos de Shakespeare, Goethe e Balzac. Não há um só grande escritor de sua época ou da história da humanidade, que não tenha sido estudado e citado pelos fundadores do marxismo.

1. Marx, Engels e a arte

Marx e Engels entendiam a arte e a literatura como formas de expressão da consciência humana, em sua necessária conexão com a natureza e a sociedade, que, apesar da sua independência relativa, só podiam ser completamente entendidas em sua articulação com as condições materiais de existência, sociais, políticas, econômicas e culturais. Forma e conteúdo se articulam dialeticamente, formando uma unidade dialética, e têm a base da sociedade, isto é, as condições materiais de existência, cujo fundamento é o trabalho humano, como um pilar axial.

Apesar de esclarecer os fundamentos sociais da arte, Marx e Engels eram irredutivelmente contra o dirigismo e a subordinação da arte e da literatura à propaganda política e partidária. Consideravam que o verdadeiro realismo, a arte em seu aspecto mais profundo, aquela que não explicita de antemão as considerações pessoais do autor ou a resolução dos problemas explicitados pelo artista ou escritor. Era preciso que a tendência resultasse da própria ação e da realidade. Não era interessante ao artista e ao escritor fornecer antecipadamente a solução para os conflitos ao apreciador da arte. Marx e Engels, apesar de abarcar o realismo em sua concepção geral da

estética, não condicionaram o realismo genuíno, nem a verdadeira arte, ao fato do artista ou escritor ser necessariamente vinculado á esquerda revolucionária.

Por isso, eram admiradores de Balzac, que apesar de ser um autor de filiação política conservadora, soube mais do que qualquer outro autor do seu tempo explicitar as grandes tendências do desenvolvimento histórico, qual seja, a decadência da nobreza e do clero e o avanço do capitalismo, com todos os elementos de desumanidade presentes no sistema do capital.

2. Lênin, Trotsky e arte

Não foi diferente a posição dos líderes da Revolução Russa em relação á arte e à literatura. Lênin e Trotsky foram profundos apreciadores da arte e da literatura russa, acompanhando o seu desenvolvimento não só no séculos XIX, com Dostoiévski, Tolstoi, Gogol, entre outros, como também debateram as ideias e as contribuições artísticas de Máximo Gorki, Maiakovski, entre outros.

Não há qualquer tendência de dirigismo artístico, nem de patrulhamento ideológico e partidário sobre a arte e a literatura na obra de Lênin, Trotsky, nem em outros marxistas, como Rosa Luxemburgo ou Franz Mehring. Nem mesmo um autor revisionista como Kautsky apresenta um dirigismo político ideológico contra a arte e a literatura.

A Revolução Russa abriu um leque formidável do desenvolvimento da arte e da literatura. Surgiram novas correntes, a arte ganhou impulso, os debates se ampliaram, o estímulo à leitura dos clássicos se ampliou consideravelmente, a liberdade para a criação e a inovação foi potenciada. Isso pelo menos até a morte de Lênin.

Lênin e Trotsky não só se colocaram contra o dirigismo político e partidário sobre a arte e a literatura, como combateram o grupo de revolucionário, que, no âmbito da revolução, defendiam a possibilidade do proletariado, na transição do capitalismo ao socialismo, constituir uma cultura própria, específica, especial. Combateram o Proletkult, que era apoiado pelo comissário da instrução, Lunatcharski e por Bukharin.

3. Proletkult e realismo socialista

A última batalha de Lênin se deu contra o processo de burocratização do Estado soviético e do Partido Bolchevique, propondo uma série de medidas para barrar o burocratismo. Stálin ia ocupando posições estratégicas dentro do Estado e do Partido, com poder para designar funções e pessoas. Suas posições sobre as nacionalidades oprimidas eram combatidas extremamente por Lênin. Este propôs antes de falecer que Stalin fosse retirado do cargo de Secretário Geral do partido por conta dos seus métodos.

Coube a Trotsky dar continuidade ao combate contra Stalin e consortes. A derrota da revolução alemã em 1923, o isolamento da revolução russa, os efeitos catastróficos da guerra civil, a morte de parte importante da vanguarda e do proletariado, o atraso econômico e cultural, enfim o contexto da época possibilitaram o crescimento e fortalecimento da burocracia, da qual Stálin era a expressão.

A discussão sobre a possibilidade de uma cultura proletária e específica em contraposição à cultura burguesia se amplia junto com o controle cada vez maior da burocracia do partido e do Estado contra os artistas e a arte, impondo uma via única de produção artística e de acesso à arte: o realismo socialista.

4. É possível uma cultura proletária na transição ao socialismo?

Tanto Lênin, quanto Trotsky e Rosa Luxemburgo se manifestaram contrário a essa pretensão. A razão está em que a burguesia foi capaz de instaurar uma cultura próprias porque a sua conquista do poder significou a renovação da sociedade de classe: o capitalismo. Não poderia deixar de ser diferente.

Não à toa, Trotsky escreveu dois grandes textos sobre a relação entre a estética e o marxismo: *Literatura e Revolução (1922-1923)* e *Por uma arte revolucionária independente*, junto com André Breton, em 1938.

Ocorre que o regime instaurado pela revolução proletária não é simplesmente uma nova dominação de classe. É o início da transição do capitalismo ao socialismo, ou seja, a uma nova sociedade sem classes. Não tem sentido se constituir uma arte e literatura de classe num regime transitório,

em que as classes começam a perecer, a desaparecer. O objetivo do proletariado não é constituir uma nova sociedade de classes, mas destruir o capitalismo e suas classes sociais, inclusive o próprio proletariado, e constituir uma sociedade sem classes: o comunismo.

O que faz o proletariado, uma vez tomando o poder, é construir as bases econômicas, sociais, políticas e sociais da sociedade sem classes. Ele põe uma pedra na construção de uma nova sociedade e, portanto, de uma nova arte e literatura.

Bukharin, que havia defendido o Proletkult contra as concepções de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, agora se coloca, junto com Karl Radek na defesa da teoria do realismo socialista.

O resultado teórico e prático desse fenômeno é a perseguição e o aumento do controle do Estado e do Partido sobre a criação artística e a imposição de uma via única: o realismo socialista. Não foram poucos os artistas intimidados, perseguidos por causa dessa impostura do estalinismo. Não esqueçamos o suicídio de Maiakóvski.

5. A mais ampla liberdade da arte para a revolução! A revolução para a liberdade da arte!

O problema da relação da arte com a revolução é fundamental para o marxismo. Os estalinistas abertos ou disfarçados presentes na academia ou no movimento socialista estão numa campanha clara para tentar reabilitar Stálin e o estalinismo. Os marxistas revolucionários não podem ficar calados diante de tamanho cinismo.

Devemos demonstrar para a juventude e para a vanguarda o verdadeiro caráter do estalinismo e seu papel da destruição da União Soviética, do Partido Bolchevique e da III Internacional. Sem isso não há como darmos passos a frente na constituição de um verdadeiro partido revolucionário. Não podemos comungar com o dirigismo, com o controle burocrático do Estado e do Partido, mesmo na ditadura do proletariado, sobre as correntes artísticas ou a imposição de uma única corrente artística, sob pena de selar a morte da criação artística. Isso não significa que devemos ser alheios a grupos ou correntes que tentam implantar por meio da arte a contrarrevolução.

Não podemos jamais admitir que uma burocracia parasitária diga o que é arte e o que não é. Só a história e o desenvolvimento social podem explicitar o verdadeiro valor de uma corrente artística.

Referências:

TROTSKI, Leon. *Literatura e Revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRETON - TROTSKI. *Por uma arte revolucionária independente*. São Paulo: Paz e Terra/CEMAP, 1985.

BANDEIRA, Moniz. *O marxismo e a questão cultural*. In: TROTSKI, Leon. *Literatura e Revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

11. OS IMPACTOS DA REVOLUÇÃO RUSSA NO BRASIL

Dielson Costa
Professor de História

O capitalismo é uma força internacional, e, para vencê-la, para tornar possível a passagem ao socialismo em qualquer país, é necessária a fraternidade dos trabalhadores. A ajuda recíproca do proletariado de todos os países e o cumprimento do seu dever internacionalista (POYRAZIAN, 1982, p. 68).

A Revolução Russa é sobretudo um ato do proletariado, uma instigante e importante vitória das lutas marxistas que reflete exemplificamente a necessidade de uma revolução internacional, que em definitivo possa fazer sucumbir o poder burguês. A vitória dos bolcheviques provocou uma onda arrebatadora e empolgante entre os trabalhadores dos quatro cantos do mundo e não poderia ser diferente aqui no Brasil. Nos anos anteriores a 1917, embora pouco se soubesse com profundidade sobre as ideias de Marx e Engels, as discussões da luta de classes já existiam no Brasil - embora de modo embrionário -, a formação de alguns anarcossindicatos originados inicialmente por imigrantes italianos, alemães e franceses e da formação do Partido Socialista do Brasil, cuja direção era de França e Silva demonstraram uma possível gênese de uma organização proletária no Brasil.

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial através da exportação de gêneros alimentícios e da substituição interna de produtos importados para nacionais, provocou um aumento significativo na criação de fábricas e na exploração da mão de obra, tendo em vista, que afim de atender o mercado, aumentavam-se as horas de trabalho e mantinha-se o mesmo padrão salarial, além dos constantes casos de abuso sexual nas fábricas. Para completar o contexto, a inflação atingia números alarmantes, o que prejudicava ainda mais o poder de compra dos trabalhadores. Em maio de 1917 greves de operários no Rio de Janeiro iniciaram um processo de agitação popular pelo país que incitam a formação de uma paralisação nacional, tudo isso formava o contexto anterior a chegada das primeiras notícias sobre a Revolução Russa no Brasil.

1. Recorte Histórico

É inegável o papel cabal da influência da Revolução Russa, na luta dos trabalhadores do Brasil até os dias atuais. Não podemos deixar de considerar que, afim de uma sistematização mais coerente, é preciso circundar melhor a zona de influência do acontecimento, ou seja, levando em consideração a importância da Revolução Russa e não a diminuindo, ao contrário, a linha histórica por si só, vai embutindo outros acontecimentos, que seriam consequências da Revolução Russa de segunda ou terceira “mão”. Deste modo, a própria passagem histórica, as alterações políticas e culturais, promovem uma “bola de neve” que tem seu ponto de largada na tomada do poder do Czar na Rússia, a consequente e derivada Greve Geral no Brasil e os acontecimentos que ocorrem na primeira década após 1917, seriam acontecimentos que sofrem influência primária (1917-1927). Para melhor organizar, será exemplificado através de uma linha do tempo. Posteriormente, destacaremos uma linha secundária que percorre de 1927 à 1939 e uma terciária de 1939-1959 (quando ocorre a Revolução Cubana, que promove uma segunda onda de influências Marxistas no país). Evidentemente que até os dias modernos a Revolução Russa ecoa na história do Brasil e seu poderio influenciador e marcante não poderia em todo ser apresentados aqui, o que por si só explica a necessidade de uma delimitação.

Antes mesmo da tomada do Palácio de Inverno, diversas notícias já se espalhavam pelo mundo, as diversas informações eram truncadas, cheias de contradições e divergências com os acontecimentos reais. Devido à primeira Guerra Mundial, havia muita censura aos despachos das agências de imprensa internacionais, dentre os diversos motivos que involucravam uma difusão coerente dos fatos, estava o receio por parte das elites que a Revolução Russa pudesse influenciar a formação de grupos nacionais que buscassem desenvolver algo similar no Brasil.

Os grandes jornais eram em sua maioria tendenciosos e abordavam a Revolução Russa como uma ameaça aos planos de vitória da Tríplice Entente (Reino Unido, França e Império Russo), pois esta ou enfraqueceria o combate à Alemanha no fronte oriental ou retiraria definitivamente a Rússia dos

combates, o que significaria uma traição aos interesses capitalistas dos membros desta aliança militar. Trotsky e Lênin eram “denunciados” como infiltrados do governo alemão em território russo. No entanto, nenhuma calúnia ou falsificações foram suficientes para desonrá-los, ou impedir o avanço revolucionário dos bolcheviques, com a conseqüente retirada da Rússia dos combates organizados pelas burguesias imperialistas.

Enquanto isso no Brasil, como já ressaltado a situação econômica era caótica, as conseqüências da Primeira Guerra Mundial para o nosso país eram sentidas no bolso dos trabalhadores, que enfrentavam uma crise de proporções assustadoras, o aumento desenfreado do preço dos alugueis e dos alimentos, associada a péssimas condições de trabalho, carga horária fatigante (chegavam a ser entre 12 a 14 horas diárias), salários pífios, ausência de folgas ou férias, trabalho infantil, noturno, insalubre e tendo que realizar suas refeições lado a lado com as máquinas foram os elementos iniciais para movimentos grevistas em São Paulo, Porto Alegre, Pernambuco e Rio de Janeiro principalmente.

Os jornais Correio da Manhã e Época em 1917 publicaram falsas notícias de falecimento ou até de prisão de Lênin. Também de maneira extremamente parcial e mendaz, o jornal ANoite publicou em 12 e 13 de Novembro de 1917, respectivamente:

“Kerenski, à frente de 200 mil homens dedicados e apoiados pela grande maioria da população, como também pelo Exército e pelas organizações conservadoras, luta a estas horas contra os maximalistas nos arrabaldes de Petrogrado ou, talvez, dentro da própria capital russa. De Lênin e seus comparsas não há notícias, acreditando-se mesmo que já tenham procurado asilo em lugar seguro (...) Esperemos, com otimismo, o resultado da luta que se está travando, porque dela deve sair triunfante a boa causa que é a que defende Kerenski”.

“O Sr. Kerenski sai uma vez mais triunfante dos seus inimigos. Nos arrabaldes e dentro da própria capital (...) travou-se uma batalha que terminou (...) com a derrota dos maximalistas. Estes já reconhecem, aliás, a sua perdição e procuram agora chegar a um acordo, que Kerenski repele integralmente, declarando que maximalistas depuseram as armas, dominando a cidade um outro comitê, formado pelo ex-presidente da Duma”. (Jornal A Noite, A Revolução Russa no Brasil, notícias de 12 e 13 de Novembro de 1917, Rio de Janeiro)

E ainda afirmava que Kerensky havia entrado em Petrogrado e Lênin tinha sido preso. “É preciso que esta aventura seja exemplarmente castigada para que os comparsas de Lênin ou outros agitadores anarquistas, a serviço da Alemanha, não tenham vontade de repeti-la”. Ora, evidentemente que tudo não

passara de uma mitomania pífia, tendo em vista, que naquele mesmo momento o partido Bolchevique havia tomado o poder.

Com o advento das primeiras notícias de cunho verídico, difundidas principalmente pela imprensa política e sindical, a motivação vital, e o fio de esperança necessária para aquele momento, atingiram a classe trabalhadora brasileira em cheio, afinal de contas, proletários conseguiram derrubar o poder secular dos Czares Russos, por que isso não seria possível no Brasil?

Todo esse entusiasmo motivou movimentos operários e anarquistas, a Revolução Russa foi saudada em discursos grevistas e uniu a esquerda brasileira.

Embora a Revolução Russa tenha sua data fixada entre Outubro e Novembro, há de se considerar que toda a movimentação revolucionária agitaram o ano de 1917, em Fevereiro ocorre uma revolução no Dia Internacional das Mulheres, em Abril, Lênin apresenta as Teses de Abril e em todo o restante do ano, a agitação popular já incitava e encorajava os trabalhadores “mundo a fora”, a mobilização necessária estava sendo criada, aqui no Brasil greves se espalhavam pelo estado de São Paulo, bairros como a Mooca, Brás, Ipiranga e Cambuci tiveram suas atividades industriais paralisadas. Um dos panfletos distribuído pelos operários aos soldados, afirmava:

“Não deveis perseguir vossos irmãos de miséria. Também pertenceis à massa popular. A fome reina em nossos lares e nossos filhos pedem pão. Para sufocar nossas reclamações os patrões contam com as armas que lhes entregaram “.

Ainda em Julho, o sapateiro espanhol José Iñiguez Martinez foi morto pela polícia, nas imediações de uma fábrica no Brás, o que provocou uma greve geral no estado de São Paulo e uma forte manifestação com mais de 50 mil participantes, barricadas foram criadas; a polícia impedida de passar, foi obrigada a acampar fora da cidade. Os operários organizam a distribuição de mantimentos e formam patrulhas para evitar saques. Uma Liga Operária foi criada para administrar a situação e proteger contra-ataques dos militares. O governo resolve negociar, e o patronato aceita aumentar os salários em 20% e libertar todos os presos políticos, uma multidão com mais de 80 mil pessoas celebra a vitória. Todo o benéfico rebuliço que atingia o mundo havia chegado

ao Brasil, indústrias do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro organizaram greves descomunais, no último destes estados uma das assembleias chegou a reunir 70 mil grevistas. Em agosto os governos estaduais e o empresariado aceitam uma série de reivindicações, em todas as manifestações operárias se falava sobre a revolução operária russa, que já se desenhara antes mesmo de outubro de 1917.

A onda da Revolução Russa ganha ainda mais ímpeto no Brasil em 1918, com uma greve geral promovida no estado do Rio de Janeiro, os movimentos grevistas organizam uma insurreição que pretendia tomar a capital, semelhantemente ao ocorrido na Rússia. No entanto, sem a liderança de um partido de vanguarda (como os Bolcheviques), uma violenta repressão sufoca o movimento, os anarquistas colocam um tenente a frente das manifestações, que na verdade era um agente do governo infiltrado, pondo fim a sublevação.

Em Abril de 1919 novas greves são realizadas por todo o país, São Paulo concentrava a maior mobilização grevista, delegados são eleitos em assembleias, que constituem um Conselho Geral de Operários, organizando um ato no dia 1º de Maio, aprovando algumas reivindicações como o aumento dos salários, proibição do trabalho infantil, do trabalho noturno feminino, jornada de 8 horas de trabalho e redução do preço dos alugueis de itens de necessidade básica. No dia 4 de maio, a greve já era geral, uma terrível repressão e pequenas negociações foram realizadas pelo governo. Em Salvador, Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro, novas paralisações são realizadas, o governo reprime os movimentos, provocando deportações, fechamentos de locais proletários e prisões, no entanto, diversas reivindicações são atendidas.

No dia 1º de Maio de 1919 foi lançado em São Paulo o texto de Hélio Negro e Edgard Leuenroth, denominado “O que é o Marxismo ou Bolchevismo – Programa Comunista”. Neste, dentre outras coisas, explanava-se a importância de uma organização política e econômica de transição, que daria o poder nacional aos trabalhadores. Astrogildo Pereira, José Elias da Silva e João da Costa Pimenta, presos na insurreição do Rio de Janeiro em 1918, participariam da formação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, inspirados pela 3ª Internacional Comunista e pelas bases do Partido

Bolchevique, o PCB foi a mais importante organização da esquerda até a sua fragmentação após o Golpe de 1964.

Entre 1919 e 1924 diversas greves são realizadas, os anarquistas vão aos poucos deixando os grupos Socialistas, muito em conta, da chegada de artigos e livros Marxistas que possibilitam uma maior compreensão das lutas de classes e um gradativo trabalho de conscientização e mobilização, que não se harmonizava com os mesmos ideais defendidos pelos Anarquistas. O ano de 1924 é marcado como o ano da Revolução, neste período, ocorre a segunda revolta Tenentista, que controlou a cidade de São Paulo por 23 dias, que pretendia garantir o ensino público e o voto secreto, dentre algumas exigências militares. Alguns derrotados do movimento tenentista, se uniram a Coluna Prestes, que combateu o exército brasileiro por 25 mil quilômetros. Nesse ínterim, diversos operários paulistas em greve e alguns grupos Socialistas, além de alguns “simpatizantes” se uniram a marcha, sendo ignorados pelos militares por não compatibilizarem dos mesmos propósitos. Após a fuga do governador de São Paulo, o governo federal inicia uma série de ataques contra bairros operários, não atingindo nenhuma base militar, mesmo consciente da participação de diversos tenentes na mobilização e na Coluna Prestes. O saldo final dos bombardeios a bairros populares de São Paulo foi de 4.800 veículos, 11.000 casas e 1.800 prédios destruídos e em torno de 500 mortos.

Em março de 1922, com o objetivo inicial de promover uma revolução social que substituísse a sociedade capitalista pela socialista, foi criado em uma assembleia na cidade de Niterói (Rio de Janeiro) o Partido Comunista do Brasil (PCB). Quase todos os precursores haviam iniciado sua militância nos meios anarquistas, tendo decidido pelo Comunismo, após a Revolução Russa de 1917. Em junho, o então presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, colocou o partido na ilegalidade, o que só foi recuperado em janeiro de 1927, formando no mesmo ano o Bloco Operário, que elegeu Azevedo Lima para a Câmara dos Deputados, o partido retornara à condição de ilegalidade em agosto do mesmo ano. Mesmo assim, o Bloco Operário Camponês, elegeu dois membros para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro e buscou uma aliança com Luís Carlos Prestes em 1927, este não aceitou disputar as eleições presidenciais pela sigla, o PCB lançou então como candidato Minervino de Oliveira. O partido se

negaria também a apoiar a Revolução de 1930 que pôs Getúlio Vargas no poder, por considerar esta ação uma luta entre grupos da Oligarquia.

No final da década de 1920 e começos de 1930, a luta entre a fração de Stalin e a de Trotsky e a cisão ocorrida no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) se refletem no interior do PCB, com a formação da Oposição de Esquerda, sob a direção de Mário Pedrosa. Esse grupo, chamado inicialmente de Grupo Comunista Lênin, em 1930, será o passo inicial do surgimento de outras organizações trotskistas no Brasil, como a Liga Comunista Internacionalista (LCI) e o Partido Socialista Revolucionário (PSR).

Neste mesmo período, ocorre uma série de mudanças no partido, dentre elas, a dissolução do Bloco Operário Camponês, além da substituição de intelectuais por trabalhadores na direção do PCB. Em 1931, Prestes viaja para a União Soviética, onde permanece até 1935. Um ano antes de seu retorno, a Internacional Comunista solicita que este seja filiado ao PCB. Em face da organização Integralista nacional, é formada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que aclama Prestes como seu presidente de honra, que mesmo na clandestinidade em seu regresso ao país, traz instruções da Internacional Comunista, com o objetivo de promover um levante popular armado.

Após o decreto de ilegalidade da ANL, grupos tenentistas e comunistas ganham força no interior do movimento, participando ativamente da Intentona Comunista, em 1935, que foi sufocada pelo Governo Vargas. A prisão de vários líderes do PCB, que participaram do levante de 35, acabou desarticulando o partido, isolando grupos partidários em diversos estados do Brasil. Diante de diversas controvérsias de oposição à Vargas e posterior apoio ao Queremismo Varguista, o Partido Comunista do Brasil (PCB) retorna a legalidade em 1945, elegendo no mesmo ano 14 deputados federais, e o nome de Prestes ao Senado Federal. Em 1947, os Comunistas conquistam a maior bancada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em abril de 1947, o TSE cancelou o registro do partido, com a alegação que este era uma facção de intervenção soviética no Brasil.

Diante dos mais diversos acontecimentos procedentes da vitória operária russa, há 102 anos a história é marcada com o acontecimento mais significativo de combate a opressão, ao autoritarismo, a divisão de classes. Demonstrando para a burguesia a força proletária, mas, sobretudo

exemplificava para todos os trabalhadores do mundo a eficácia de uma das conquistas mais vultosas da classe trabalhadora. O Marxismo Como bem disse Karl Marx, “Trabalhadores do mundo, uni-vos.”

Referências:

ANDERSON, P. 1991. “Prefácio”. In: DEUTSCHER, I. *Marxismo, guerras e revoluções*. São Paulo: Ática.

BANDEIRA, Moniz e outros – *O Ano Vermelho*, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1967.

BRINTON, C. 1958. *Anatomia das revoluções*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

BUONICORE, Augusto. *A Revolução Russa e a Imprensa Brasileira*. Artigo, Revista On-line e site Vermelho.org, Editora On-line Vermelho Org, Disponível em http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1166&id_coluna=10. Acesso em Setembro de 2019.

CARR, E. H. 1934. *Karl Marx: a study in fanaticism*. Londres: Dent. FERRO, Marc – *O Ocidente diante da Revolução Soviética*, ed. Brasiliense, SP, 1984.

GOULART, Serge. Os impactos da Revolução Russa no Brasil. 25 de Outubro de 2017. Em memória dos 100 anos da Revolução Russa. Esquerda Marxista, Corrente Marxista Internacional. Revista Científica On-line Esquerda Marxista. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/os-ecos-da-revolu%C3%A7%C3%A3orussa-no-brasil/a-40791959>. Acesso em Setembro de 2019.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KOVAL, Boris – *A grande revolução de outubro e a América Latina*, Ed. Alfa-Omega, SP, 1980.

OLIVEIRA, J. R. Guedes de – *Viva, Astrojildo Pereira*, Fundação Astrojildo Pereira/Abaré, 2005. *Pereira, Astrojildo – A formação do PCB (1922/1928)* – Ed Prelo, Lisboa, 1976.

SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco. *Marx Atual: a vigência do marxismo e os desafios da luta socialista*. Ed Arcádia, Salvador, 2013.

12. A REVOLUÇÃO RUSSA E A LUTA REVOLUCIONÁRIA ATUAL (TESES SOBRE A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NA ATUALIDADE)

Francisco Pereira

Professor de Direito, membro do LEMARX

Em 7 de novembro (25 de outubro no antigo calendário russo) completam 102 da Revolução Russa de 1917. Na noite do dia 6 para o dia 7 de novembro, começava a movimentação, que desembocaria na tomada do poder político pelo proletariado, apoiado nas massas camponesas empobrecidas, dirigido por um partido marxista, talhado durante quase duas décadas na organização e na luta revolucionária.

Muitas coisas têm sido escritas e publicadas tantos nas redes sociais como em livros e revistas. Algumas delas destacando apenas o caráter passado e histórico da revolução, sem discutir a sua essência revolucionária e a sua profunda atualidade. Algumas outras com a triste missão de “reabilitar” Stalin e o estalinismo, mesmo diante do seu papel burocrático e das deformações que empreenderam no Estado soviético, no Partido Bolchevique e no destino da III Internacional. Outras para negar qualquer importância à experiência soviética para a luta socialista hoje. Outras, enfim, para destacar a essência revolucionária e a vigência de Outubro.

Filho-me entre os últimos. Gostaria de destacar algumas lições fundamentais da revolução para a classe operária e demais explorados e oprimidos.

1. A revolução é possível e é necessária

O capitalismo já demonstrou que chegou ao seu limite histórico e que, em sua fase imperialista, de domínio dos monopólios e do capital financeiro, só pode levar a sociedade a um beco sem saídas. Ou os trabalhadores tomam o poder político ou se imporá a barbárie e a humanidade cairá em declínio. Não é possível reformar o capitalismo para humanizá-lo. A única saída para o proletariado e a massa explorada e oprimida é a sua superação e a abertura de

uma nova página na história da humanidade, o socialismo, como meio para a sociedade sem classes, o comunismo.

2. O partido político é central para a vitória

Desde Marx e Engels, colocou-se a tarefa da constituição do proletariado em partido político independente dos partidos da burguesia. Lênin compreendeu completamente essa tarefa e desde praticamente o início do século XX trabalhou com afinco para cumprir essa premissa. É o fez com maestria e zelo. Foi um estrategista na questão organizativa e política. O Partido Bolchevique ou o Partido de tipo leninista mostrou-se completamente adaptado à tarefa de dirigir as massas para a revolução, para a tomada do poder e para a sua defesa diante da reação da burguesia interna e das potências capitalistas. Organizado pelo método do centralismo democrático – que significa a mais profunda democracia interna e a ação unificada na luta de classes –, coube ao partido a tarefa de ganhar a maioria dos trabalhadores e desenvolver o programa da revolução socialista. que significa a mais profunda democracia interna e a ação unificada na luta de classes –, coube ao partido a tarefa de ganhar a maioria dos trabalhadores e desenvolver o programa da revolução socialista.

3. Nenhuma confiança na burguesia, só o proletariado pode resolver as tarefas revolucionárias

A Revolução Russa provou definitivamente que a burguesia é incapaz de resolver plenamente as tarefas da revolução democrática. Provou também que só o proletariado, apoiado na maioria explorada e oprimida, pode cumprir não só com as tarefas democráticas mas também com as socialistas. Ou melhor, que somente com intervenções cada vez mais profundas no sagrado direito burguês de propriedade se pode cumprir plenamente as tarefas democráticas (unidade nacional, independência frente ao imperialismo, questão agrária e o direito das nacionalidades oprimidas à autodeterminação) e a sua transformação em socialistas (expropriação da burguesia, controle operário da produção, planificação).

4. Não é possível socialismo em um só país, a Revolução é internacional

Assim como é completamente falsa a tese da revolução por etapas e, portanto, traidora a política de frentes populares do tipo estalinista com partidos da burguesia, também foi provado pela experiência da Revolução Russa a falsidade da tese do socialismo em um só país. O socialismo nacional estalinista é a porta de entrada da reação burocrática e da contrarrevolução. Não há qualquer possibilidade de salvar as conquistas da revolução proletária, em meio à economia capitalista internacional, sem expandir o processo revolucionário no plano internacional. Ou a Revolução se desenvolve na arena internacional e se consolida no plano mundial ou será derrotada, pelas contradições internas e pela pressão do imperialismo. O estalinismo e sua teoria do socialismo em um só país são reacionários e perniciosos para a vitória do proletariado.

5. A tese de Marx sobre a ditadura do proletariado foi completamente provada

Hoje as correntes de esquerda se calam diante da posição completamente científica de Marx sobre a ditadura do proletariado como fase de transição do capitalismo ao comunismo com a tomada do poder pelo proletariado. Muitas a confundem deliberadamente com as ditaduras burguesas. Outras escondem a sete chaves a questão e só a defendem internamente, em suas organizações. Outras a abandonaram completamente para não se confrontar com parcelas da pequena burguesia conservadora e com a intelectualidade acadêmica. Não tem qualquer razão de ser para essa atitude. A ditadura do proletariado é o domínio de classe do proletariado, apoiado nas massas exploradas e oprimidas. Baseada nos conselhos populares, nos organismos soviéticos, nas assembleias de trabalhadores, na mais profunda democracia para as massas, a ditadura do proletariado é o domínio de classe do proletariado, apoiado nas massas exploradas e oprimidas. Baseada nos conselhos populares, nos organismos soviéticos, nas assembleias de trabalhadores, na mais profunda democracia para as massas, a ditadura do proletariado é necessária enquanto existirem classes sociais e o

perigo da restauração do capitalismo. Isso nada tem a ver com o terrível estalinista, a ditadura burocrática de Stalin. Os marxistas não têm qualquer posição dúbia em relação ao Estado. Sabem que, uma vez chegando ao poder, o proletariado tem de desmontar, quebrar, destruir a máquina de Estado burguês e, no seu lugar, erguer um Estado proletário, que já não é um estado propriamente dito, como diz Engels, porque cria as condições da sua extinção, devolvendo à sociedade, por meio dos indivíduos associados, a tarefa de administração das coisas. Com o desaparecimento das classes, não há qualquer necessidade de um poder para reprimir ou tolher quem quer que seja.

6. A Revolução é o ponto de partida

Leon Trotsky afirmava no livro *Em defesa do marxismo* que a vitória de Outubro de 1917 e suas conquistas são o ponto de partida dos revolucionários sérios e comprometidos com a causa da classe operária. Essa tese está plenamente atual. Sem assimilar as conquistas da Revolução Russa não há possibilidade de conseguirmos nos organizar política e teoricamente para a estratégia da revolução socialista. A revolução de Outubro garantiu as maiores conquistas para a humanidade, não só aos direitos dos trabalhadores, mas também para a juventude, as mulheres, LGBTs e contribuiu com a emancipação das nacionalidades oprimidas. Fora as grandes conquistas no campo da educação. Os revolucionários que não se dão a tarefa de compreender esse acontecimento estão fadados ao fracasso. A discussão sobre os 102 anos da Revolução de Outubro só tem sentido se for parte do esforço de reorganização dos trabalhadores e da vanguarda revolucionária com um programa de luta pelo socialismo.

Referências:

LÊNIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007